



Comissão
Europeia

PANORAMA

VERÃO 2018 / N.º 65

TORNAR A EUROPA
MAIS INTELIGENTE
E MAIS VERDE
APÓS 2020



BOA
GOVERNAÇÃO
DA POLÍTICA DE
COESÃO



**Política de coesão:
avançar com determinação
para um futuro mais
inteligente**

PANORAMA

Nesta edição...

A edição de verão da revista *Panorama* olha para o futuro e analisa a proposta de orçamento da Comissão Europeia para o período de financiamento 2021-2027. Além de um artigo de introdução que descreve as propostas e como se espera que contribuam para a reforma da política de coesão, temos uma entrevista exclusiva com a Comissária Corina Crețu onde se destacam as principais mudanças e respetiva fundamentação. Obtivemos também as primeiras reações a estas propostas junto de vários intervenientes na Europa.

Neste número, o foco é a Irlanda, que está atualmente a celebrar 45 anos de adesão à UE. Numa entrevista com o Ministro para a Despesa Pública, Paschal Donohoe, e através de uma seleção de projetos, mostramos como o financiamento no âmbito do FEDER ajudou a Irlanda a tornar-se mais inovadora e competitiva.

Revelamos os 21 finalistas dos prémios RegioStars deste ano, e antecipamos os temas e os pormenores da próxima Semana Europeia das Regiões e dos Municípios, que se realizará em Bru-

xelas em inícios de outubro. Exploramos também vários projetos de património cultural apoiados pelo FEDER, para celebrar o Ano Europeu do Património Cultural, e a nossa secção «Sob o olhar fotográfico» destaca a inovação na Polónia. Apresentamos ainda uma reportagem sobre a conferência «Boa governação», realizada recentemente, e olhamos para as várias iniciativas que apoiam o desenvolvimento de capacidades administrativas na UE. Acompanhamos também as aventuras incansáveis das nossas jovens estrelas europeias das redes sociais que estão a atravessar o continente como parte do projeto «Road Trip» da UE. A secção dedicada aos projetos faz uma visita à Itália, França e Bulgária.



AGNÈS MONFRET

Chefe da Unidade de Comunicação, Direção-Geral da Política Regional e Urbana, Comissão Europeia

Fotografia de capa: Professora Valeria Nicolosi © Trinity College de Dublin



04



28



32



44

EDITORIAL.....	3	UMA HISTÓRIA DE INVESTIMENTO REGIONAL.....	42
NA PERSPETIVA DA EWRC 2018	4	A BOA GOVERNAÇÃO EM DESTAQUE	44
OS FINALISTAS DOS PRÉMIOS REGIOSTARS NA RIBALTA.....	5	SOB O OLHAR FOTOGRÁFICO NA POLÓNIA.....	50
ENTREVISTA COM A COMISSÁRIA.....	10	PATRIMÓNIO CULTURAL.....	52
REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA DE COESÃO PÓS-2020.....	12	COHESIFY: OS RESULTADOS JÁ ESTÃO DISPONÍVEIS.....	56
OS JOVENS DA UE FAZEM-SE À ESTRADA.....	28	PROJETOS DA BULGÁRIA, ITÁLIA E FRANÇA	60
A IRLANDA INVESTE NA INOVAÇÃO	32	AGENDA	63

EDITORIAL

Com a apresentação das suas propostas a 29 de maio, a Comissão lançou as bases para uma nova política de coesão. Dispondo de um orçamento de 373 mil milhões de euros ao longo de sete anos, a política de coesão continua a ser a política de investimento mais forte da Europa, apesar da lacuna orçamental deixada pelo *Brexit* e pela emergência de novos desafios.

Apraz-me poder dizer que os investimentos da política de coesão irão fluir para todas as regiões da UE, permitindo-lhes reforçar a capacidade para concretizarem as prioridades comuns da UE, levando a solidariedade da UE a todas as partes da Europa e permitindo que todas as regiões, cidades e regiões fronteiriças aproveitem as oportunidades que o maior mercado interno do mundo oferece.

O futuro da política de coesão irá concentrar-se numa Europa mais inteligente, mais forte e mais solidária: investimentos modernos que dão prioridade a uma transição industrial inteligente para responder aos desafios da nossa economia global, bem como o crescimento verde e a transição para uma economia hipocarbónica. Paralelamente, permanecemos fiéis ao compromisso que assumimos com vista a uma Europa mais social, mais interligada e mais próxima dos cidadãos.

As novas prioridades da política de coesão são os domínios onde os investimentos são mais necessários: as regiões que ainda se debatem com rendimentos baixos ou com taxas de desemprego elevadas, especialmente entre os jovens, bem como as regiões que enfrentam a questão da migração.

Por último, relativamente às oportunidades, damos mais um passo em frente para superar as fronteiras da União, através da promoção de investimentos inter-regionais inovadores, de uma maior concentração na cooperação institucional e do investimento em serviços comuns de interesse público. Ao mesmo tempo, as cidades permanecerão no centro da política de coesão, com uma nova iniciativa urbana europeia e uma



afetação mínima de 6% dos recursos do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional para as zonas urbanas.

As nossas propostas asseguram um equilíbrio delicado entre a continuidade e a necessidade de reforma. Mantivemos as medidas que foram bem-sucedidas, tornando-as, ao mesmo tempo, mais simples e mais operacionais. Na verdade, com uma programação mais simples e instrumentos territoriais, sem a obrigação de um procedimento de designação, com o princípio de uma auditoria única e sem necessidade de um procedimento específico para os grandes projetos, poderemos começar a obter resultados muito mais rapidamente. Trata-se de confiar na experiência das autoridades e reduzir a burocracia, não as responsabilidades. Em síntese, o objetivo é aumentar os resultados e a apropriação.

Não obstante, a política de coesão, com os seus milhões de projetos em todo o nosso continente, apresentando resultados concretos em termos de empregos, Internet mais rápida ou água potável mais segura, constitui também a melhor forma de assegurar que os nossos cidadãos se sintam parte integrante do projeto europeu. Perante os novos desafios e a nova dinâmica que a recuperação económica tem vindo a ganhar, devemos investir no futuro comum, em benefício das nossas regiões e das nossas crianças. ■

CORINA CREȚU

Comissária Europeia para a Política Regional



Semana Europeia das Regiões e dos Municípios 2018

Este ano, a 16.^a Semana Europeia das Regiões e dos Municípios terá lugar de 8 a 11 de outubro, em Bruxelas, Bélgica, e deverá atrair cerca de 6 000 participantes, além dos oradores e jornalistas. Além de *workshops*, 150 sessões de trabalho, exposições e atividades de ligação em rede em Bruxelas, a EWRC apresenta eventos locais, que decorrerão de setembro a dezembro de 2018 em toda a Europa.

A Semana Europeia das Regiões e dos Municípios representa o principal evento anual para as autoridades locais e regionais. Organizada pelo Comité das Regiões (CR) e a Direção-Geral da Política Regional e Urbana (DG REGIO) da Comissão Europeia, tornou-se uma plataforma única de comunicação e de trabalho em rede das partes interessadas para a política regional, atraindo regiões e cidades de toda a Europa e mais além.

O evento tem como objetivo reunir representantes políticos, decisores políticos, peritos e profissionais da política regional, bem como partes interessadas e meios de comunicação social, para debater os desafios comuns das regiões e cidades europeias e identificar possíveis soluções.



Descobrir o futuro

Em 2018, a política de coesão celebrará o seu 30.º aniversário no contexto de um debate intenso sobre as futuras prioridades da UE — e o seu próximo orçamento plurianual, que abrange o período de 2021-2027. Ao proporcionar uma plataforma para o reforço de capacidades, a cooperação e o intercâmbio de experiências e boas práticas aos responsáveis pela execução da política de coesão da UE e pela gestão dos seus instrumentos financeiros, a EWRC irá ponderar o futuro da política num contexto mais amplo, incluindo investigações e pontos de vista recentes de países terceiros e de organizações internacionais.

Este ano, os debates da Semana incidirão em questões políticas fundamentais na UE: a proposta para o próximo quadro financeiro plurianual (QFP) e os instrumentos legislativos subjacentes, que a Comissão apresentou em maio de 2018, bem como as eleições para o Parlamento Europeu.

REGIOSTARS

2 0 1 8



O Comité das Regiões da União Europeia adotará um parecer sobre o futuro da Europa e o seu Presidente irá proferir um discurso sobre o estado da União durante a mesma semana.

No quadro do tema principal «**Em prol de uma política de coesão da UE sólida além de 2020**», a EWRC irá proporcionar às regiões e cidades uma plataforma para partilha de pontos de vista sobre o orçamento plurianual da UE e as propostas legislativas subsequentes — nomeadamente, a política de coesão e o desenvolvimento rural e o futuro da Europa numa perspetiva regional e local.

Este evento anual é a oportunidade para demonstrar claramente que a política de coesão proporcionou melhorias concretas e tangíveis aos cidadãos europeus, e para reiterar a necessidade de uma política de coesão sólida.

Investir na política de coesão após 2020

Ao longo da semana do evento, os debates irão analisar a necessidade de uma política de coesão sólida após 2020, a fim de superar as barreiras estruturais, aumentar o capital humano e melhorar a qualidade de vida. O crescimento e o desenvolvimento regional, a compreensão e a gestão dos impactos da globalização a nível territorial e a transformação digital, a dimensão regional das alterações climáticas e a transição energética, bem como o desenvolvimento territorial integrado, serão considerados em conjunto com as estratégias regionais e locais para os jovens, a integração dos migrantes e a exclusão social. Tendo em vista o debate sobre a reforma da UE, os desafios da política de coesão em matéria de governação deveriam também ser tidos em conta. ■

As inscrições para a Semana Europeia das Regiões e dos Municípios estarão abertas a partir de 9 de julho de 2018. Visite o sítio Web do evento para mais informações e para consultar os pormenores da agenda e os eventos locais relacionados com a iniciativa:
www.regions-and-cities.europa.eu

Prémios RegioStars 2018: premiar o sucesso regional

Este ano, o painel de peritos que avalia as candidaturas aos prémios RegioStars selecionou 21 finalistas de cinco categorias como os projetos regionais mais notáveis da Europa. Os vencedores irão receber os prémios a 9 de outubro, durante a Semana Europeia das Regiões e dos Municípios 2018.

REGIOSTARS 2018

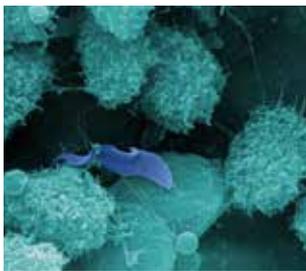
As categorias de prémios para 2018 são:

- APOIAR A TRANSIÇÃO INDUSTRIAL INTELIGENTE
- ALCANÇAR A SUSTENTABILIDADE ATRAVÉS DA REDUÇÃO DOS NÍVEIS DE EMISSÕES DE CARBONO
- CRIAR MELHORES ACESSOS AOS SERVIÇOS PÚBLICOS
- DAR RESPOSTA AOS DESAFIOS DA MIGRAÇÃO
- TEMA DE 2018:
INVESTIR NO PATRIMÓNIO CULTURAL



OS FINALISTAS

APOIAR A TRANSIÇÃO INDUSTRIAL INTELIGENTE



O Centro de Microscopia e Imagiologia Molecular: Valónia, Bélgica (FEDER)

O CMMI é um centro de imagiologia pré-clínica integrada que presta serviços a universidades e empresas com vista a contribuir para o progresso do setor das ciências da vida da Valónia. A atividade que desenvolve enquanto centro de investigação, promotor de parcerias da plataforma de tecnologia com a indústria e organismo de formação está a impulsionar o crescimento económico e a imagem da região.

<http://www.biopark.be>

Instalação do i3S: Norte, Portugal (FEDER)

Três dos mais conceituados centros portugueses congregaram forças para criar o maior instituto nacional de investigação de saúde pública na área das ciências da saúde e das tecnologias médicas. O polo i3S congrega competências no domínio da investigação básica, translacional e clínica em problemas de saúde complexos com formação avançada e uma maior interação com empresas, hospitais, entre outros, para melhorar a saúde e a vida dos cidadãos.

<https://www.i3s.up.pt/>



RE-CEREAL: Itália e Áustria (FEDER)

O objetivo do projeto RE-CEREAL (revitalizar os cereais secundários e os pseudo-cereais) é reintroduzir nas regiões alpinas o trigo mourisco, o milho e a aveia, que são altamente nutritivos, resilientes e fatores de produção económicos, num esforço para promover uma dieta saudável e sustentável, baseada nestas culturas.

<https://www.re-cereal.com/en/>

Tecnologias de produção avançadas e sustentáveis: Gales Ocidental e Vales, Reino Unido (FEDER)

A ASTUTE, uma aliança entre todas as universidades galesas, foi constituída para estimular o crescimento económico e a sustentabilidade ambiental através da indústria e da aplicação de tecnologias de produção avançadas e sustentáveis. Mais de 300 empresas participaram em mais de 150 projetos de cooperação entre empresas e universidades, permitindo a sua expansão e um impacto socioeconómico generalizado.

www.astutewales.com



Centro de Negócios e Serviços Partilhados (CNSP): Centro, Portugal (FEDER)

Enquanto motor da estratégia local de inovação e investimento, o CNSP atraiu 14 empresas do setor das tecnologias da informação e comunicação para a educação, e criou 500 postos de trabalho altamente qualificados numa cidade de cariz rural. Apostando na I&D, em iniciativas pioneiras de conversão profissional e nas competências digitais, gerou 68 *start-ups* e apoiou mais de 200 projetos de investimento privado.

www.cm-fundao.pt

ALCANÇAR A SUSTENTABILIDADE ATRAVÉS DA REDUÇÃO DOS NÍVEIS DE EMISSÕES DE CARBONO

Interreg Sudoe ClimACT: Região SUDOE, Portugal, Espanha, França e Gibraltar (FEDER)

O projeto ClimACT promove uma economia hipocarbónica nas escolas, incorporando abordagens complementares, tais como a eficiência energética, os transportes sustentáveis, os contratos públicos ecológicos, a conservação dos recursos e a mudança de comportamentos. Para o efeito, desenvolveu ferramentas pedagógicas e de apoio à decisão, novos modelos de negócio e uma rede temática.

<https://tecnico.ulisboa.pt/>



SAVEMYBIKE: Toscana, Itália (FEDER)

Este projeto utiliza um «jogo de recompensa social» para incentivar hábitos de mobilidade sustentável e reduzir o roubo de bicicletas de propriedade privada ou partilhada. Tem por base um portal Web em plataforma de fonte aberta e uma aplicação designada GOOD_GO, bem com um sistema de mobilidade enquanto serviço (MaaS).

www.tages.it

Plataforma de demonstração de reciclagem de fibras têxteis: Helsínquia-Uusimaa, Finlândia: (FEDER)

Com o objetivo de revolucionar a indústria têxtil «transformando jardins de resíduos em campos de algodão sustentáveis», a plataforma está a demonstrar novas formas de reciclar resíduos têxteis de algodão de má qualidade pós-consumo em fibras de boa qualidade. O projeto irá reforçar o polo de ciência e inovação da região, através da criação de um ecossistema de comercialização com impacto global.

www.vttresearch.com



Pilhas para o futuro: Turíngia, Alemanha (FEDER e FSE)

O objetivo da política energética da UE de garantir a fiabilidade de um aprovisionamento energético seguro, economicamente acessível e ecológico para todos os cidadãos exigirá uma percentagem mais elevada de energias renováveis no cabaz energético do futuro. O projeto visa superar as flutuações da produção energética causadas pela natureza volátil das energias renováveis, através do desenvolvimento de tecnologias de baterias baseadas em materiais poliméricos abundantes.

www.ceec.uni-jena.de

CRIAR MELHORES ACESSOS AOS SERVIÇOS PÚBLICOS



A saúde é o mais importante: Região da Várnia e da Masúria, Polónia, e região de Kalinegrado, Rússia (FEDER)

Ao promover a cooperação entre estas duas regiões, o objetivo é melhorar a saúde dos habitantes, incentivar uma alimentação saudável e melhorar o seu acesso aos serviços de saúde nas zonas rurais e nas pequenas cidades. As ações incluem uma campanha de prevenção, exames médicos e a renovação ou compra de novos equipamentos para centros médicos e serviços médicos escolares.

www.gminaketrzyn.pl

Habitação Social na cidade de Ostrava: Região da Morávia-Silésia, República Checa (FSE)

A cidade de Ostrava está a concentrar-se em atividades de inclusão fundamentais e na habitação social, num projeto que constitui a base para um novo sistema de habitação social como uma condição prévia para proporcionar uma vida estável às famílias que enfrentam situações socioeconómicas difíceis.

http://www.ostrava.cz/en?set_language=en



KASTELO: Norte, Portugal (FEDER)

Sendo a primeira unidade de cuidados pediátricos continuados e paliativos da Península Ibérica, o KASTELO reduz o tempo despendido em hospitais e permite o acesso das crianças e da sua família a vários recursos durante as diferentes fases da doença. O apoio garante a continuidade dos cuidados especiais e a otimização dos recursos.

<http://www.nomeiodonada.pt/>

ReproUnion: Região de Öresund, Dinamarca e Suécia (FEDER)

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, entre 15% e 20% do total de casais enfrenta situações de infertilidade, o que constitui um sério problema médico e social. O consórcio único do projeto de investigação e inovação de «hélice tripla» tem como objetivo ocupar uma posição de vanguarda na superação do problema da infertilidade, proporcionando novas estratégias de prevenção e tratamentos mais eficientes.

www.repronunion.eu



A Garantia para a Juventude: Letónia (FSE)

Os jovens candidatos a emprego enfrentam frequentemente obstáculos em razão da falta de experiência e de um baixo nível de instrução, que os impedem de obter uma remuneração superior ao salário mínimo. Este projeto tenta dar resposta a estas questões, proporcionando-lhes o ensino profissional de que necessitam para encontrarem um bom emprego e serem bem-sucedidos.

www.viaa.gov.lv

DAR RESPOSTA AOS DESAFIOS DA MIGRAÇÃO



Centros sociais e de saúde integrados: Bruxelas, Bélgica (FEDER)

Dois novos centros de serviços sociais e de saúde prestam serviços integrados de apoio social, saúde mental e cuidados de saúde primários, com incidência em grupos vulneráveis, incluindo os migrantes. Além disso, uma equipa móvel está a utilizar um serviço móvel — *medibus* — para sensibilização e consulta social em alguns serviços de cuidados primários, apoiando os direitos dos migrantes aos cuidados de saúde.

www.erdf.brussels

Integração laboral e inclusão social dos refugiados: Múrcia, Espanha (FSE)

Este projeto oferece uma resposta de proximidade coordenada e equitativa para permitir a integração social na região dos refugiados que enfrentam dificuldades específicas e extremas. As medidas a médio e longo prazo fazem parte de uma estratégia que inclui a coordenação, a definição de perfis, o apoio e a sensibilização das instituições da comunidade local, das ONG e do setor económico.

www.sefcarm.es



TEMA DE 2018: INVESTIR NO PATRIMÓNIO CULTURAL



Turfeiras recuperadas — um local europeu único: Nowosądecki e Žilinský kraj, Polónia (FEDER)

Os museus de turfeiras inseridos em duas instalações de património cultural proporcionam aos visitantes um mapa multimédia, experiências e simuladores como parte de uma viagem de descoberta dos aspetos naturais e culturais das turfeiras fronteiriças da Polónia.

<http://www.muzeumplsk.eu>

Museu do Património da Vista Alegre: Centro, Portugal (FEDER)

O projeto visa relançar dois séculos da história mundial da porcelana, reindustrializando o setor e atraindo turismo para o Museu da Vista Alegre e para os pontos de interesse circundantes, que incluem um auditório, uma fábrica, uma capela e um hotel.

www.cm-ilhavo.pt



Idade do Ferro, Danúbio: Áustria, Croácia, Hungria, Eslováquia e Eslovénia (FEDER)

Com parceiros de cinco Estados-Membros, o projeto concentra-se na sensibilização das gerações futuras para o património arqueológico do início da Idade do Ferro na bacia hidrográfica do Danúbio.

<https://www.museum-joanneum.at>

Nant Gwrtheyrn: Gales Ocidental e Vales, Reino Unido (FEDER)

O centro de língua galesa e património cultural está localizado numa pedreira abandonada que foi convertida numa atração que recebe atualmente mais de 40 000 visitantes por ano. O projeto melhorou o acesso à aldeia e proporcionou alojamento, um café, uma loja, uma sala de reuniões e um centro do património.

<http://www.gov.wales/eu-funding>



Reabilitação e recuperação da Cittadella de Gozo: Gozo, Malta (FEDER)

O projeto criou uma atração turística, através do reforço da identidade cultural de Gozo e da dinamização da história e do significado simbólico do forte. A experiência envolvente alcançada associa a cidadela a marcos históricos no Mediterrâneo e na Europa.

<https://www.visitgozo.com/>



Aceitar o desafio de tornar a Europa mais inteligente e mais verde

Corina Crețu, Comissária Europeia para a Política Regional, explica à *Panorama* de que forma as mudanças propostas para criar uma política de coesão nova e mais flexível proporcionarão resultados melhores e mais rápidos, e uma maior apropriação.

Pode falar-nos sobre a nova política de coesão? O que muda?

Em primeiro lugar, estamos a modernizar a política. O nosso mundo está em evolução e a política tem também de acompanhar essa evolução. Atualmente, todas as regiões enfrentam o desafio da economia digital, do aumento da concorrência mundial e da transformação eco-

nómica. Foi por essa razão que definimos o novo objetivo político «Uma Europa mais inteligente — transformação económica inovadora e inteligente», que congrega a inovação, a investigação e o apoio às PME. Tudo o que é necessário para as regiões prosperarem e sobreviverem na nossa era digital!

Não devemos esquecer que, para além da transformação económica, as regiões devem estar preparadas para a transição para a economia hipocarbónica e para a economia circular. Juntámos estes dois objetivos ambientais no objetivo político «Uma Europa mais verde e hipocarbónica».

Estamos a investir a maior fatia do FEDER nestes dois objetivos fundamentais. Entre 65 % (nas regiões menos desenvolvidas) e 85 % (nas regiões mais desenvolvidas) das verbas deste fundo destinam-se a tornar a Europa mais inteligente e mais verde.

Na verdade, uma das características essenciais da reforma é a ênfase política. Em conjunto com os outros três objetivos — desenvolvimento de infraestruturas, social e local — contamos com um conjunto de cinco objetivos políticos que, embora sendo mais exigentes, são mais flexíveis do que os onze objetivos que substituem.

E relativamente às zonas urbanas?

As zonas urbanas tornam-se mais proeminentes nas nossas propostas. O desenvolvimento urbano e local figura pela primeira vez como um objetivo político específico. Além disso, circunscrevemos 6% do montante para o investimento em zonas urbanas, enquadrado em parcerias de desenvolvimento local. Isto poderá ser viabilizado através do objetivo político 5 ou de qualquer um dos outros objetivos, conforme adequado. A base estratégica é uma condição prévia essencial para que

« Uma das características essenciais da reforma é a ênfase política. Em conjunto com os outros três objetivos — desenvolvimento de infraestruturas, social e local — contamos com um conjunto de cinco objetivos políticos. »

a programação melhore a eficácia das ações previstas. Este novo objetivo político transversal ajudará a superar as dificuldades técnicas enfrentadas em matéria de programação no período de 2014-2020 (indicadores, condições favoráveis, múltiplos objetivos temáticos aplicáveis, etc.).

A Iniciativa Urbana Europeia traz uma nova abordagem coerente às cidades, uma vez que todos os instrumentos urbanos estão combinados num programa único sob a gestão indireta da Comissão, que é semelhante às modalidades atuais relativas às ações urbanas inovadoras. O programa abrange o desenvolvimento das capacidades, ações inovadoras, conhecimento, desenvolvimento de políticas e comunicação.

O que acontece ao Interreg?

Trata-se de outra alteração importante nas nossas propostas. O Interreg está a ser alvo de alterações consideráveis: os programas transfronteiriços irão tornar-se mais estratégicos, há um novo instrumento de inovação inter-regional e um novo instrumento jurídico transfronteiriço.

Haverá também a possibilidade de permitir a cooperação transfronteiriça das autoridades do programa Interreg com países não pertencentes à UE, através da utilização de recursos do Instrumento de Assistência de Pré-Adesão e do Instrumento Europeu de Vizinhança. Além disso, há um verdadeiro incentivo nos principais programas para apoiar a cooperação através de ações empreendidas no âmbito qualquer um dos objetivos específicos.

A solicitação mais frequente das partes interessadas é sempre a simplificação. Foram tomadas algumas medidas para reduzir os encargos administrativos da política?

O novo pacote legislativo introduz um equilíbrio delicado entre a continuidade e a necessidade de reforma. Mantivemos

as medidas que foram bem-sucedidas, tornando-as, ao mesmo tempo, mais simples e mais operacionais. As regras foram reduzidas para quase metade.

A simplificação da programação e os instrumentos territoriais, a redução do número de condições favoráveis e de critérios de avaliação, a eliminação dos procedimentos de designação, o princípio da auditoria única e o facto de não haver um procedimento específico para os grandes projetos permitirão um início mais rápido dos programas e maior rapidez na obtenção de resultados. Demonstramos também que confiamos nos nossos parceiros, mantendo simultaneamente salvaguardas para proteger o dinheiro dos contribuintes. O objetivo é reduzir a burocracia, mas não as responsabilidades. Trata-se de aproveitar a experiência das autoridades e confiar nas mesmas, em vez de regulamentar em relação aos piores cenários. O que se pretende é aumentar os resultados e a apropriação.

A proposta irá responder às preocupações dos beneficiários e das autoridades: mais possibilidades de utilizar opções de custos simplificados, pagamentos não associados aos custos, os projetos geradores de receitas não estão sujeitos a complexidades, regras simplificadas para os instrumentos financeiros e respetivo alinhamento com as subvenções sempre que possível, e relatórios menos exaustivos. A nova política de coesão baseia-se menos em faturas e procedimentos, centrando-se mais na obtenção de resultados melhores e mais rápidos.

Estamos a levar mais além a flexibilidade e a orientação para o desempenho, propondo uma revisão intercalar de todos os programas em 2025. Deste modo, poderemos programar as dotações para 2026 e 2027 com base no seu desempenho, mas também nos desafios identificados no âmbito do processo do Semestre Europeu e da situação socioeconómica. Esta medida irá proporcionar-nos a flexibilidade necessária nos próximos dez anos,

permitindo, não obstante, um quadro de investimento estável.

E no que diz respeito às verbas? Pode explicar por que razão os métodos de afetação de fundos foram alterados por forma a incluir novos critérios?

O método utilizado para afetar os recursos da política de coesão foi ajustado de modo a proporcionar uma distribuição equilibrada e justa dos fundos. O produto interno bruto *per capita* relativo continuará a ser o critério predominante para a atribuição de fundos, tendo igualmente em conta outros fatores, como o desemprego, as alterações climáticas e a imigração. O método de afetação funciona de forma ascendente e não descendente — e é baseado em indicadores objetivos, que refletem os níveis de desenvolvimento, as necessidades e os desafios, sendo os montantes calculados por região e, posteriormente, somados para a atribuição das dotações nacionais.

A maioria dos Estados-Membros da Europa Central e Oriental registou um crescimento significativo ao longo dos últimos sete anos, o que contribui para os resultados dos cálculos. Quanto mais rico se torna um Estado-Membro, menos fundos são canalizados da política de coesão. É deste modo que o sistema deve funcionar, e é assim que funciona. A consequência natural de enriquecer é uma diminuição gradual do apoio por parte da política de coesão — o que, na verdade, é um aspeto positivo! ■

Propostas para a modernização e a reforma da política de coesão pós-2020

Embora a economia da UE esteja a recuperar, são obviamente necessários esforços suplementares a nível de investimento para colmatar as lacunas económicas e sociais que persistem nos Estados-Membros e entre estes. A 2 de maio, a Comissão Europeia propôs a atribuição de 373 mil milhões de euros à política de coesão entre 2021 e 2027 — pouco menos de 30% do orçamento global da UE. A 29 de maio, a Comissão apresentou as suas propostas para os regulamentos revistos da política para o mesmo período.

Cinco políticas de investimento

Partindo de 11 objetivos temáticos do período 2014-2020, a nova política de coesão deverá concentrar os seus recursos em cinco objetivos políticos, que a UE tem melhores condições de concretizar:



Uma Europa mais inteligente, através da inovação, da digitalização, da transformação económica e do apoio às pequenas e médias empresas;



Uma Europa mais verde e hipocarbónica, que aplica o Acordo de Paris e investe na transição energética, nas energias renováveis e na luta contra as alterações climáticas;



Uma Europa mais conectada, com redes de transportes e digitais estratégicas;



Uma Europa mais social, concretizando os objetivos do Pilar Europeu dos Direitos Sociais e apoiando o emprego de qualidade, a educação, as competências, a inclusão social e a igualdade de acesso aos cuidados de saúde;



Uma Europa mais próxima dos cidadãos, através do apoio a estratégias de desenvolvimento de base local e o desenvolvimento urbano sustentável em toda a UE.



De acordo com a proposta da Comissão, a maioria dos investimentos do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e do Fundo de Coesão (FC) serão orientados para as duas primeiras prioridades. Consoante o seu rendimento nacional bruto (RNB) *per capita*, os Estados-Membros devem investir entre 65% e 85% das suas dotações no âmbito dos dois fundos para estas prioridades.

Para países com:	% mínima «Europa mais inteligente»	% mínima «Europa mais verde e hipocarbónica»
RNB inferior a 75%	35%	30%
RNB 75-100%	45%	30%
RNB superior a 100%	60%	OP1 + OP2 mínimo 85%

APOIO ESPECÍFICO PARA AS REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS DA UE

Em consonância com a **estratégia para as regiões ultraperiféricas** de outubro de 2017, estas regiões beneficiarão dos meios para desenvolverem os seus ativos, como o crescimento azul, as ciências espaciais e as fontes de energia renováveis. Continuarão a receber um financiamento adicional da UE superior a **1,6 mil milhões de euros** do FEDER e beneficiarão de apoio especial no âmbito dos novos programas Interreg para aprofundar a integração no seu espaço regional e intensificar a cooperação entre si ou com os países vizinhos.



FACILITAR A COOPERAÇÃO INTER-REGIONAL E TRANSFRONTEIRIÇA

No período de 2021-2027, os programas Interreg continuarão a ajudar os Estados-Membros e as regiões a trabalhar em conjunto para além das fronteiras, com vista a enfrentar desafios comuns, com 9,5 mil milhões de euros do FEDER.

Além disso, a Comissão propõe o Mecanismo Transfronteiriço Europeu, que é um novo instrumento que permite que as regras de um Estado-Membro sejam aplicáveis, de forma voluntária, num Estado-Membro vizinho a uma ação ou projeto específico limitado no tempo. Por exemplo, este mecanismo poderá ajudar a criar mais infraestruturas de transportes ou instalações de cuidados de saúde transfronteiras.

As novas regras da política de coesão propõem também a criação de investimentos em inovação inter-regional, através dos quais as regiões complementares em termos de «especialização inteligente» beneficiariam de mais apoio para colaborarem em setores prioritários, tais como os grandes volumes de dados, a bioeconomia, a eficiência dos recursos ou a mobilidade conectada.



UMA MAIOR CONCENTRAÇÃO NAS CIDADES

As cidades são os motores do crescimento e da inovação — mas também são confrontadas com desafios prementes, como a poluição atmosférica, o desemprego, a exclusão social, para citar apenas alguns exemplos.

Assim, a dimensão urbana da política de coesão deverá ser reforçada **mediante a afetação de 6% dos fundos do FEDER ao desenvolvimento urbano sustentável**.

Além disso, o quadro de 2021-2027 prevê também a criação da **Iniciativa Urbana Europeia**, um novo instrumento destinado à cooperação entre cidades, à inovação e ao reforço de capacidades em todas as prioridades da Agenda Urbana da UE: integração dos migrantes, habitação, qualidade do ar, pobreza urbana e a transição energética, entre outras.



Todas as regiões da UE

De acordo com a proposta da CE, durante o período de 2021-2027, a política de coesão deve continuar a investir em todas as regiões da UE, com base nas três categorias prévias:

■ REGIÕES MENOS DESENVOLVIDAS:

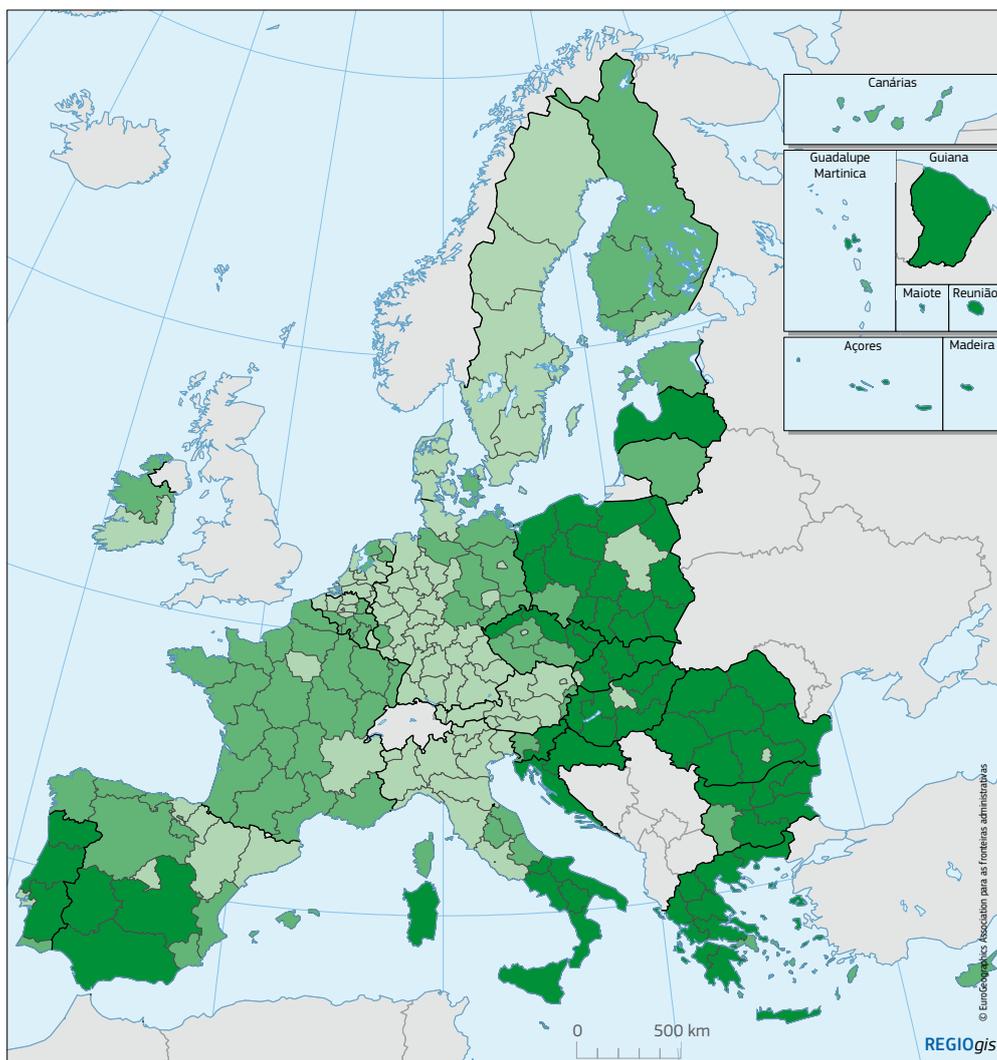
com um PIB *per capita* para o período de 2014-2016 < 75% da média da UE

■ REGIÕES EM TRANSIÇÃO:

com um PIB *per capita* para o período de 2014-2016 entre 75% e 100% da média da UE

■ REGIÕES MAIS DESENVOLVIDAS:

com um PIB *per capita* para o período de 2014-2016 > 100% da média da UE.



A região ultraperiférica de São Martinho está incluída na região NUTS2 de Guadalupe

A tônica continua a incidir nas regiões menos desenvolvidas

Na proposta da Comissão, 75% do financiamento do FEDER e do FC continuará a concentrar-se nas regiões menos desenvolvidas:

	2021-2027
FUNDO DE COESÃO (FC) — RNB PER CAPITA < 90% DA MÉDIA DA UE27	13%
FINANCIAMENTO DO FEDER NAS REGIÕES MENOS DESENVOLVIDAS	62%
FINANCIAMENTO DO FEDER NAS REGIÕES EM TRANSIÇÃO	14%
FINANCIAMENTO DO FEDER NAS REGIÕES DESENVOLVIDAS	11%
Total	100%
Percentagem do FEDER e do FC para as regiões menos desenvolvidas	75%

Além disso, o limite máximo para o cofinanciamento da UE para os programas será reduzido para cada categoria de região:

REGIÕES MENOS DESENVOLVIDAS, REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS, FUNDO DE COESÃO, INTERREG	70%
REGIÕES EM TRANSIÇÃO	55%
REGIÕES MAIS DESENVOLVIDAS	40%

Dotação por Estado-Membro



Relativamente ao método de afetação do fundo, a proposta da CE ainda se baseia em larga medida no PIB *per capita* (**81%** da ponderação).

No entanto, foram adicionados novos critérios:



Mercado de trabalho: desemprego dos jovens, baixo nível de instrução, demografia (**15%**)



Alterações climáticas: emissões de gases com efeito de estufa nos setores não abrangidos pelo RCLE (**1%**)



Migrantes: imigração líquida de cidadãos não pertencentes à UE (**3%**)

Além disso, a Comissão incluiu limites no seu cálculo para evitar alterações demasiado abruptas nas dotações dos Estados-Membros:

- › 24% de limite inferior — a «rede de segurança»
- › 8% de «rede de segurança inversa»
- › 0% de limite nos aumentos nos Estados-Membros com um RNB > 120%

Estado-Membro	Dotação para 2021-2027 (mil milhões de EUR, preços de 2018)	Varição em relação ao período 2014-2020 (%)	Intensidade do auxílio (EUR/cabeça)	Varição em relação ao período 2014-2020 (%)
BG	8,9	8	178	15
RO	27,2	8	196	17
HR	8,8	-6	298	0
LV	4,3	-13	308	0
HU	17,9	-24	260	-22
EL	19,2	8	254	12
PL	64,4	-23	239	-24
LT	5,6	-24	278	-12
EE	2,9	-24	317	-22
PT	21,2	-7	292	-5
SK	11,8	-22	310	-22
CY	0,9	2	147	-5
SI	3,1	-9	213	-11
CZ	17,8	-24	242	-25
ES	34,0	5	105	3
MT	0,6	-24	197	-28
IT	38,6	6	91	5
FR	16,0	-5	34	-9
FI	1,6	5	42	2
BE	2,4	0	31	-5
SE	2,1	0	31	-6
DE	15,7	-21	27	-20
DK	0,6	0	14	-3
AT	1,3	0	21	-4
NL	1,4	0	12	-3
IE	1,1	-13	33	-17
LU	0,1	0	16	-14



Disposições simplificadas num conjunto único de regras

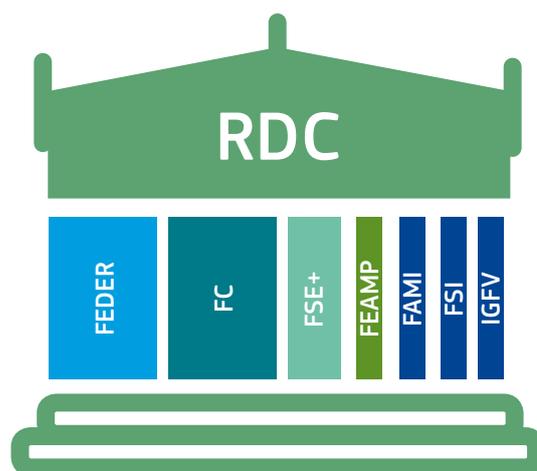
A fragmentação das regras que regem os diferentes fundos da UE criou, por vezes, dificuldades às autoridades de gestão dos programas e desencorajou as empresas e os empresários de efetuarem candidaturas a diferentes fontes de financiamento da UE.

A Comissão propõe agora o Regulamento Disposições Comuns (RDC) num **conjunto único de regras** para sete fundos da UE:

- o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER)
- o Fundo de Coesão (FC)
- o Fundo Social Europeu+ (FSE+)
- o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP)
- o Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI)
- o Fundo para a Segurança Interna (FSI)
- o Instrumento de gestão das fronteiras e dos vistos (IGFV)

Regulamentos específicos irão adicionar certas disposições necessárias para responder às particularidades dos diferentes fundos, a fim de ter em conta as diferentes lógicas subjacentes, os grupos-alvo e os métodos de execução.

Este conjunto único de regras deverá simplificar os procedimentos para os gestores e os beneficiários.



Deverá igualmente facilitar as **sinergias** entre o FEDER e o FSE+ no contexto dos planos de desenvolvimento urbano integrado para a regeneração das zonas urbanas desfavorecidas.

O FAMI, juntamente com os fundos da política de coesão, poderá financiar estratégias de integração local para migrantes e requerentes de asilo: o FAMI centrar-se-ia nas necessidades de curto prazo à chegada (por exemplo, o acolhimento e os serviços de saúde), enquanto o FC poderia apoiar a integração social e profissional a longo prazo.

Além disso, as novas disposições propostas permitem também sinergias mais simples com outros instrumentos da caixa de ferramentas do orçamento da UE, como a **política agrícola comum**, o programa de inovação **Horizonte Europa**, o instrumento da UE de mobilidade para fins educativos **Erasmus+** e o programa **LIFE** para o ambiente e a ação climática.

Programação mais flexível

De acordo com a proposta da Comissão, a programação da política de coesão para 2021-2027 será flexibilizada de três formas:

✓ Quando os programas para o período 2021-2027 forem adotados, apenas serão atribuídas às prioridades as dotações previstas para os anos 2021-2024. As dotações para os restantes dois anos — 2026 e 2027 — serão atribuídas na sequência de uma **revisão intercalar aprofundada**. As alterações da situação socioeconómica, os novos desafios identificados no contexto do Semestre Europeu e o desempenho dos programas até à data serão tidos em conta.



✓ Os recursos podem, dentro de certos limites, ser transferidos de uma prioridade de investimento para outra num programa, sem necessidade de aprovação formal por parte da Comissão.

✓ Uma disposição especial no novo conjunto de regras torna mais fácil a mobilização de fundos da UE desde o primeiro dia, em caso de uma catástrofe natural.

Ligação ao Semestre Europeu

Os investimentos da UE não podem funcionar isolados do contexto macroeconómico mais amplo. A Comissão propõe reforçar a articulação entre as intervenções da política de coesão e o Semestre Europeu de coordenação da política económica, com vista a criar um **ambiente de crescimento e empresarial propício na Europa**.

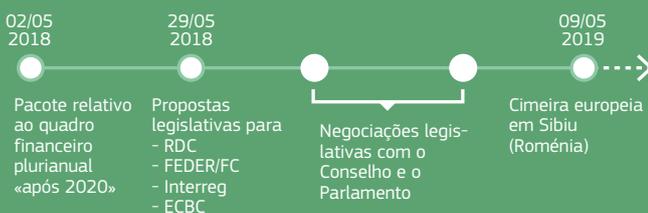
As recomendações específicas por país do Semestre Europeu serão tidas em conta duas vezes ao longo do período 2021-2027:

- ✓ Primeiramente, como um roteiro para a programação dos fundos e a conceção dos programas da política de coesão, no início do período de 2021-2027;
- ✓ Posteriormente, as recomendações específicas por país mais recentes orientarão também uma revisão intercalar dos programas em 2024, com o objetivo de adaptá-los aos novos desafios ou aos desafios persistentes.

A condicionalidade macroeconómica é mantida para garantir que os investimentos da UE funcionam num enquadramento fiscal sólido. Caso um Estado-Membro não realize ações efetivas ou corretivas no contexto dos principais mecanismos de governação económica da UE (procedimento relativo aos défices excessivos, procedimento por desequilíbrios excessivos) ou não ponha em prática as medidas exigidas por um programa de apoio à estabilidade, a Comissão apresentará ao Conselho uma proposta de suspensão da totalidade ou de parte das autorizações ou pagamentos para um ou mais programas desse Estado-Membro. Contudo, a Comissão pode, com base em circunstâncias económicas excecionais ou na sequência de um pedido fundamentado apresentado pelo Estado-Membro em causa, recomendar ao Conselho a anulação da suspensão.

PRÓXIMAS ETAPAS

A proposta para o orçamento da UE de 2021-2027 de 2 de maio e a proposta legislativa de 29 de maio constituem os primeiros passos no longo processo de negociações com o Parlamento Europeu e os Estados-Membros, que devem conduzir à adoção do regulamento.



Condições favoráveis

As «condições favoráveis» propostas prosseguem a abordagem das condicionalidades *ex ante* introduzida para o período de financiamento 2014-2020. Foram propostas cerca de 20 condições, que correspondem a cerca de metade do número de condicionalidades do atual período.

Abrangem domínios temáticos semelhantes aos do período de 2014-2020, como a eficiência energética, e também incluem **estratégias de especialização inteligente** para orientar os investimentos em investigação e inovação.

Estão igualmente previstas quatro condições favoráveis horizontais no domínio dos **contratos públicos**, dos **auxílios estatais** e em relação à aplicação da **Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia e da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**.

Os procedimentos associados às condições favoráveis são semelhantes, mas foram **simplificados**; por exemplo, não é obrigatória a apresentação de um plano de ação em caso de não cumprimento. No entanto, os Estados-Membros não poderão enviar à Comissão pedidos de pagamento para os projetos financiados pela UE relativos a condições prévias não cumpridas. O seu cumprimento deve ser respeitado ao longo de todo o período.

Menos burocracia para as empresas

O regulamento proposto permite a utilização das opções de custos simplificados para que as empresas possam ser reembolsadas, sem terem de apresentar todas as faturas ou folhas de vencimento — podem utilizar custos fixos e estimativas para o pessoal, despesas de seguros ou de aluguer. Podem também ser reembolsadas com base nos resultados obtidos. Tudo isto significa uma redução drástica dos custos administrativos e, naturalmente, menos burocracia.

Auditorias e controlos mais proporcionais: para os programas de financiamento da UE que apresentam menor risco, a Comissão propõe um sistema de controlo mais leve, baseado em procedimentos nacionais eficazes. O princípio da «auditoria única» é alargado, o que representa menos controlos para pequenas empresas. ■

SAIBA MAIS

<http://europa.eu/!tV86kd>

Política de coesão: financiamento das aspirações e ambições futuras da UE

A Panorama pediu a um conjunto de atores regionais que contribuissem com as suas reflexões sobre o futuro da política de coesão pós-2020 e com as suas reações sobre a forma como as últimas propostas poderão ajudar a reforçá-la no próximo período de financiamento.

Apoio para as cidades enquanto mediadoras e polos inovadores

Como Presidente da Câmara de Estocolmo, constato que os projetos financiados pela UE são muitas vezes o elo de ligação mais visível entre os cidadãos e a UE. Os fundos do FSE e do FEDER também aproximaram as decisões sobre investimentos dos cidadãos, ajudando as cidades e regiões de toda a Europa a enfrentarem os desafios e a aproveitarem as oportunidades inexploradas no terreno. Esta é apenas uma das razões pelas quais lamento a redução proposta para os fundos da política de coesão em relação ao orçamento global.



Karin Wanngård,
Presidente da Câmara de Estocolmo

No entanto, tenho esperança de que o novo FSE+ possa proporcionar uma abordagem mais flexível da coesão social e facilitar a resposta das cidades às necessidades e desafios inesperados. A criação de sociedades coesas e prósperas requer uma combinação de medidas de inclusão no mercado de trabalho

e de inclusão social, e considero positivo o facto de as propostas da Comissão refletirem esta realidade.

Congratulo-me, também, com a continuidade e o aumento do financiamento para a investigação e a inovação, quer através do Horizonte Europa quer através do FEDER. Como Presidente de uma das cidades mais inovadoras da Europa, estou ciente do valor acrescentado que o financiamento da UE para a investigação e a inovação pode proporcionar a cidades como Estocolmo. Os investimentos nas cidades também tendem a ter efeitos positivos significativos em regiões vizinhas e noutras partes da Europa.

As cidades são os mediadores e os polos em que as universidades, as empresas privadas, a administração pública e a sociedade civil se reúnem para criar bancos de ensaio para métodos, produtos e serviços inovadores. Para utilizar o potencial pleno das cidades como impulsionadores da inovação, são necessários programas de financiamento concentrados nos desafios societais com uma dimensão urbana clara.guardo com expectativa a continuação do diálogo sobre o papel das cidades na execução do orçamento da UE.



<https://www.visitstockholm.com/>

Uma Política de Coesão pós-2020 reformada e modernizada



Iskra Mihaylova,
Presidente da Comissão do
Desenvolvimento Regional do PE

O valor acrescentado da política de coesão decorre principalmente da sua capacidade de ter em conta as necessidades de desenvolvimento nacional, juntamente com as necessidades e especificidades das diferentes regiões e territórios, e de aproximar a União dos cidadãos. A política de coesão é a política de investimento estratégico da Europa que contribui para a execução e complementa as principais políticas da UE, como a educação, o emprego, a energia, o ambiente, o mercado único, a investigação e a inovação, etc.

Gostaria de salientar que, acima de tudo, a proposta da Comissão de modernização e reforma da política de coesão, apresentada em 29 de maio, tem a ambição de melhorar a tónica e a concentração da política através de cinco objetivos temáticos. Estes objetivos refletem as princi-

país prioridades políticas da UE de alcançar uma Europa inteligente, uma economia verde e circular, tecnologias digitais, melhor conectividade, bem como o apoio à Europa social e investimentos mais próximos dos cidadãos.

A introdução de novos critérios, além do produto interno bruto, aquando da definição da categoria das regiões, contribui para uma melhor ponderação das especificidades de uma determinada região, como o desemprego dos jovens, o baixo nível de instrução, as alterações climáticas e o acolhimento e integração dos migrantes.

O «conjunto único de regras» proposto cria as condições para uma ligação mais eficaz com outros fundos comunitários, bem como com o fundo InvestEU e os instrumentos financeiros. Isto está em linha com as resoluções adotadas pelo Parlamento Europeu sobre a definição das bases para a política de coesão da UE pós-2020 e o Sétimo Relatório sobre a Coesão.

A inclusão de um regulamento relativo a um mecanismo transfronteiriço está igualmente em conformidade com a resolução do PE sobre a cooperação territorial europeia (Interreg), que instou a Comissão a elaborar um instrumento jurídico para abordar os obstáculos enfrentados pelas regiões fronteiriças.

O reforço da ligação entre os fundos de coesão e os valores e a governação económica da UE irá melhorar o clima de investimento para a execução eficaz dos fundos da UE.

Na sua resolução sobre o próximo QFP, adotada em maio de 2018, o Parlamento Europeu reafirmou a sua posição de dispor de um financiamento adequado para as políticas fundamentais da UE, que lhe permita a realização eficaz das suas tarefas e objetivos, incluindo a preservação do financiamento da política de coesão para, pelo menos, o nível do orçamento de 2014-2020.



Parlamento Europeu

<http://www.europarl.europa.eu/portal/pt>

Relançar o projeto e a agenda da Europa

Enquanto presidente do Comité Económico e Social Europeu (CESE), dedico grande atenção ao debate desencadeado pelas propostas da Comissão sobre o pacote relativo ao próximo quadro financeiro plurianual (QFP) e as propostas legislativas setoriais para programas de despesas.

A razão é simples: estou absolutamente convicto de que o projeto e a agenda da Europa devem ser relançados. Apesar de alguns contratempos, os primeiros 60 anos da União Europeia foram um sucesso sem precedentes, proporcionando paz, prosperidade e solidariedade.

Dito isto, se queremos — e isto é o que o CESE está empenhado em fazer — que a UE consiga enfrentar os desafios do século XXI, temos de assegurar-nos de que os meios financeiros podem igualar as suas ambições.

A 2 de maio, declarei que a Comissão estava certa em aumentar o financiamento para «novas» políticas, como a migração, a defesa e as alterações climáticas, e também em aumentar os recursos financeiros para a investigação, o investimento e cultura.

Estamos todos conscientes de que a Comissão tem de enfrentar a saída do Reino Unido, que é, atualmente, um contribuinte líquido. É por esta razão que, à semelhança de outras instituições, apelei ao aumento do atual limite máximo de despesas da UE de 1% para 1,3% do rendimento nacional bruto, em vez de 1,13%, tal como proposto pela Comissão.

No entanto, esperava e teria acolhido de bom grado um maior nível de ambição no QFP e uma referência muito mais forte à Agenda 2030 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Mantenho também reservas relativamente aos cortes que a Comissão propõe para a política de coesão (bem como para a política agrícola comum).

Em tempos de crise, a política de coesão provou ser eficaz no auxílio aos cidadãos



Luc Jahier,
Presidente do Comité Económico e Social Europeu

europeus mais vulneráveis. Além disso, em muitos casos, é o rosto da Europa nos Estados-Membros. Dentro do mesmo espírito, e especialmente após a proclamação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais em novembro de 2017, queremos assegurar que existem, efetivamente, recursos adequados para a coesão social.

O CESE — enquanto se mantém atento à forma como os Estados-Membros e o Parlamento Europeu continuarão a abordar este processo fundamental — adotará o seu parecer sobre o QFP em setembro, bem como uma série de pareceres relativos às propostas legislativas setoriais.



Comité Económico e Social Europeu

<https://www.eesc.europa.eu/pt>



Encontrar uma narrativa nova e dinâmica para uma política de coesão forte

Enquanto Presidente do Comité das Regiões, perguntam-me muitas vezes se vejo as propostas recentes da Comissão Europeia sobre o futuro da política de coesão como um copo meio cheio ou meio vazio.

O copo pode ser visto como estando meio cheio, se considerarmos a tentativa credível da Comissão para simplificar as regras, proporcionar mais flexibilidade e reforçar as soluções locais. Com efeito, é positivo o facto de a política de coesão continuar a manter a tónica no nível regional para todas as regiões da Europa. Além disso, é também positivo o facto de esta continuar a ser a principal política de investimento da UE, não obstante os pontos de vista opostos da Comissão no ano passado.

No entanto, devo também concordar com aqueles que têm uma visão menos otimista, que apontam para os cortes globais na política de coesão da ordem dos 10%, bem como a abordagem reduzida ao nível das parcerias, embora a Comissão tenha restabelecido, no último momento, o princípio da governação a vários níveis no regulamento. Além disso, a proposta de um corte de mais de 12% para o objetivo da cooperação territorial europeia e a eliminação do Interreg Europa são propostas que, claramente, não posso aceitar. O Interreg é uma marca da política regional da UE e uma história de sucesso europeia, que não pode ser destruída.

A minha maior preocupação é a diminuição da coesão entre os vários fundos estruturais. O instrumento de desenvolvimento rural já não faz parte do Regulamento Disposições Comuns, e o Fundo Social Europeu parece estar definido para um futuro mais alinhado com o Semestre Europeu. A política de coesão perdeu algum do seu espírito num período em que é exigida uma maior proximidade e solidariedade pelos milhares de cidadãos que consultámos ao longo dos últimos 12 meses. Encontrar



Karl-Heinz Lambertz,
Presidente do Comité
das Regiões Europeu

uma narrativa nova e dinâmica para uma política de coesão forte para o futuro da Europa reveste-se, por conseguinte, de uma importância fundamental durante os próximos meses e anos.

É por esta razão que a #CohesionAlliance — que o Comité das Regiões da UE lançou, em conjunto com as principais associações de regiões e cidades europeias — continuará a impulsionar uma política de coesão forte inserida numa União Europeia forte. Durante as negociações do orçamento da UE, continuará a defender que a política de coesão é a arma mais eficaz para combater o populismo, promover a integração europeia e criar uma Europa que se faz ouvir e sentir na vida de todos os cidadãos.



Comité das Regiões
Europeu

<https://cor.europa.eu/pt/Pages/default.aspx>

Criar sinergias e enfrentar melhor os desafios sociais

A Assembleia das Regiões da Europa (ARE) acolhe favoravelmente a proposta da Comissão de uma política de coesão para todos. Inclui as simplificações há muito necessárias e um quadro mais flexível. No entanto, o orçamento da UE para a coesão é menos ambicioso do que esperávamos.

As reduções propostas para a política de coesão demonstram uma falta de empenho no que se refere a aumentar um orçamento que trabalha para a coesão económica, social e territorial em toda a UE. Trata-se de uma política que contribuiu para o desenvolvimento em todas as regiões da Europa. As medidas tomadas no sentido de centralizar a política de coesão e a sua utilização para reformas estruturais sem o envolvimento das regiões são aspetos preocupantes. O êxito da política assenta na sua proximidade com os níveis regional e local e os cidadãos da Europa.



Magnus Berntsson,
Presidente da Assembleia
das Regiões da Europa

Além disso, propor o Fundo Social Europeu como um fundo autónomo é para nós motivo de preocupação, pois indica uma distinção entre o fundo regional e o fundo social. Tais decisões poderão prejudicar a capacidade da União para alcançar resultados em termos de um crescimento sustentável, inclusivo e inteligente no futuro.

Na minha terra, a região de Västra Götaland (Suécia), coordenámos apelos à conjugação do fundo regional e do fundo social para criar sinergias e enfrentar os desafios sociais de forma eficaz. Espero que a nova legislação tenha em conta esta metodologia de êxito comprovado. As regiões devem continuar a ser os principais agentes da gestão e execução do fundo.

Enquanto membro da Aliança para a Coesão, a ARE trabalhará com determinação para assegurar que a política de coesão continua a ser uma política regional efetiva, que se baseia nos princípios da governação a vários níveis da subsidiariedade. A política é um dos nossos instrumentos mais eficazes para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos da Europa, gerando simultaneamente valor acrescentado europeu. A ARE considera que uma política de coesão reforçada e renovada para todas as regiões é essencial para o futuro da Europa.



<https://aer.eu/>

Uma parceria reforçada para a Europa e os seus cidadãos

Ao examinamos as novas propostas da Comissão para perceber como poderá ser a política de coesão pós-2020, será bom termos presente a perspetiva global: uma Europa que necessita bastante de obter resultados importantes para as pessoas. A Comissão propõe, para o próximo período de financiamento, um enfoque explícito numa Europa mais próxima dos cidadãos. Embora se trate de uma medida positiva, a questão é como fazê-la funcionar na prática?

Na UE, 75% da população vive nas zonas urbanas, que congregam os desafios europeus relacionados com o desenvolvimento sustentável, inclusivo e inteligente. O sucesso da próxima ronda de fundos estruturais vai depender do seu nível de preparação para enfrentar estes desafios nas cidades. Para obter resultados eficazes, será fundamental garantir que as cidades sejam levadas à mesa das negociações para a definição das prioridades dos programas e que os instrumentos da política facilitem abordagens conjuntas a nível local.

O princípio da parceria é forte nas novas propostas. No entanto, é nossa intenção garantir que se passa do princípio à prática. Quando o nível de governo mais próximo dos cidadãos — a cidade — participa plenamente na definição de prioridades, é evidente que os programas têm mais probabilidades de corresponder às realidades locais que se destinam a apoiar.

Nas cidades, os desafios não surgem nos setores políticos — são complexos e estão frequentemente associados a locais. Estamos muito preocupados com as novas propostas que isolam financiamento para a inclusão social, o emprego e as competências. Isso compromete a capacidade das cidades para encontrarem soluções em conjunto a nível local. A política de coesão pós-2020 deve reforçar os meios para que as estratégias



Anna Lisa Boni,
Secretária-Geral da EURO CITIES

urbanas possam conjugar o apoio do FEDER e do FSE+, e não enfraquecê-los.

A política de coesão é um símbolo forte da solidariedade e unidade europeias. É o ingrediente que pode manter a Europa unida, com possibilidades únicas de fazer a diferença para os cidadãos. Se tivermos as condições certas para manter as cidades plenamente a bordo e para proporcionar o instrumento político que funciona a nível local, poderemos colocar a Europa na via para um futuro mais forte.



http://www.eurocities.eu/eurocities/about_us/staff



Contribuir para o desenvolvimento sustentável dos territórios

A proposta da Comissão Europeia constitui um passo na direção certa, apesar de não fornecer uma abordagem verdadeiramente integrada de todos os fundos relevantes.



Stefano Bonacini,
Presidente de Emília-Romanha
e Presidente do Conselho dos Municípios
e Regiões da Europa

A região de Emília-Romanha congratula-se com a proposta da Comissão Europeia para a nova política de desenvolvimento regional e de coesão pós-2020, reconhecendo que uma série de questões fundamentais, expressas na nossa posição escrita, foram tidas em consideração. No entanto, alguns elementos continuarão a ser debatidos com o Parlamento Europeu e as administrações centrais durante os próximos meses de negociações.

Valorizamos o facto de todas as regiões continuarem a ser elegíveis para beneficiar de financiamento — as regiões menos desenvolvidas, em transição e as mais desenvolvidas — e o facto de a Comissão incluir nos seus cinco objetivos políticos um objetivo que visa «uma Europa mais próxima dos cidadãos através da promoção do desenvolvimento sustentável e integrado das zonas urbana, rurais e costeiras e das iniciativas locais». No entanto, o CMRE considera que todos os objetivos políticos devem contribuir para o desenvolvimento sustentável dos territórios, tendo em consideração as suas especificidades e necessidades particulares.

O CMRE congratula-se também com o enfoque mais alargado do desenvolvimento sustentável urbano, que prevê agora 6% para o desenvolvimento local de base comunitária e os Investimentos territoriais integrados, e abrange também as pequenas e médias cidades e vilas.

Por outro lado, lamentamos o facto de não haver uma referência substantiva aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) quer no Regulamento das Disposições Comuns, quer no FEDER. O CMRE tem vindo a promover os ODS como uma estratégia global para o futuro da política de coesão. Lamentamos também o facto de não ser definido um conjunto único de regras para todos os fundos — proporcionam apenas orientações harmonizadas, o que, na prática, não terá o mesmo efeito que as regras comuns integradas para o FEDER, o FSE e o FEADER.

Reconhecemos que foi difícil para a Comissão Europeia elaborar esta proposta face às exigências antagónicas decorrentes do facto de a política de coesão e o seu orçamento terem sido seriamente postos em questão. Iremos assegurar que as novas propostas para 2021-2027 funcionam aos níveis local e regional.



<http://www.ccre.org/en>

Proteger os princípios fundamentais da política de coesão

A proposta da Comissão Europeia para o orçamento da UE pós-2020 contém alguns passos positivos, mas não concretiza plenamente a ambição a longo prazo necessária para moldar o futuro da Europa.

A proposta de introdução de novos recursos próprios constitui uma medida positiva, e o orçamento proposto situa-se aproximadamente ao mesmo nível que o atual, não obstante a lacuna financeira que o *Brexit* deixará.

Contudo, o orçamento não reflete o número maior de prioridades que devem ser abordadas a nível europeu. Em vez disso, a redistribuição do financiamento afastou-se das políticas tradicionais, como a política de coesão, centrando-se em novas prioridades, como a migração e a segurança.



Eleni Marianou,
Secretária-Geral da Conferência
das Regiões Periféricas Marítimas

Para que o orçamento seja eficaz para os seus cidadãos, os programas de gestão partilhada, como os que são abrangidos pela política de coesão, devem estar no centro das reformas.

Em termos da política de coesão proposta em 29 de maio, a DG REGIO da Comissão elaborou um pacote equilibrado, que abrange todas as regiões europeias, confirmando que a política de coesão continua a ser a única política

europeia que aborda as crescentes desigualdades regionais da UE.

No entanto, subsistem preocupações relativamente ao corte de 10% em termos reais previsto para a política de coesão; à utilização da política de coesão para servir o Semestre Europeu, de forma mais direta, em especial o Fundo Social Europeu (FSE); à redução de 12% do orçamento do Interreg e à supressão dos programas marítimos transfronteiriços; e ao facto de se comprometer a abordagem de gestão partilhada ao introduzir possibilidades de transferência de fundos.

Cabe agora ao Parlamento Europeu e ao Conselho proteger e reforçar os princípios fundamentais da política de coesão. A CRPM irá assegurar a sua contribuição para a definição das bases para uma política capaz de reforçar a coesão económica, social e territorial em todas as regiões.

<https://cpmr.org/>



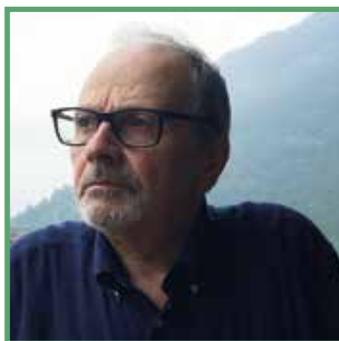
**CPMR
CRPM**

Proteger as pessoas em risco de pobreza ou os nossos setores da defesa e da segurança?

Nas últimas semanas, vimos uma série de propostas da Comissão para o próximo QFP. Nunca devemos esquecer que a definição do orçamento da UE é um processo intrinsecamente político, com implicações a longo prazo para os 118 milhões de cidadãos europeus em risco de pobreza.



Leo Williams,
Diretor da Rede Europeia Antipobreza



Vito Telesca,
membro do Comité Executivo,
Rede Europeia Antipobreza

Comissão propôs «um orçamento que protege e capacita». Mas protege e capacita quem ou o quê? Defendemos que um corte de 7% nos fundos de coesão, juntamente com um aumento de 22 vezes no orçamento da defesa e um aumento substancial para a gestão das fronteiras, com o financiamento de 10 000 guardas de fronteira, significa que se trata de um orçamento que protege e reforça os nossos setores da

segurança, das fronteiras e da defesa, e não os quase 25% de cidadãos europeus em risco de pobreza.

Não é esta a mensagem política que devíamos enviar aos nossos cidadãos, às pessoas que vivem em situação de pobreza. A erradicação da pobreza e a inclusão social são bens públicos, e o QFP deve reconhecer este facto. O financiamento adequado das políticas sociais, da proteção social e dos serviços públicos é essencial para a consecução do Pilar Europeu dos Direitos Sociais e dos ODS, para a luta contra a desigualdade, a pobreza e a exclusão social — o que significa que 30% do fundo proposto do «FSE+» deve ser dedicado a esta luta.

Os cortes nos fundos de coesão são inaceitáveis — é necessário resistir ao argumento de que não há alternativa com opções de políticas alternativas. O investimento social nunca deve ser considerado como despesa excessiva — é positivo para todos os europeus e uma condição prévia para combater a pobreza e a exclusão social.

O investimento precoce nesta luta implica que serão necessárias menos verbas para compensar os resultados da pobreza e da exclusão social. O Conselho e o Parlamento devem enfrentar o desafio e assegurar um orçamento que dê mais prioridade às pessoas do que à defesa — nem um cêntimo a menos para as questões sociais e nem um cêntimo a menos para a política de coesão.



EUROPEAN ANTI POVERTY NETWORK

<https://www.eapn.eu/>

Impulsionar uma Europa mais sustentável a nível social

Para a Plataforma Social, o próximo quadro financeiro plurianual (QFP) constitui uma oportunidade para deslocar o equilíbrio do orçamento da UE para políticas centradas nas pessoas. O investimento na coesão social e em políticas de inclusão é uma condição prévia para economias mais resilientes, sociedades mais seguras e maior convergência em toda a União.



Jana Hainsworth,
Presidente da Plataforma Social

Enquanto principal instrumento de investimento da UE, uma política de coesão que promove com determinação os objetivos sociais é fundamental para este esforço. A este respeito, sublinhamos com entusiasmo que as propostas orçamentais setoriais da Comissão representam uma importante contribuição para uma Europa mais social.

O futuro do Fundo Social Europeu (FSE+) assume particular relevância neste contexto. A proposta define objetivos de investimento claros para apoiar a execução do Pilar Europeu dos Direitos Sociais com os seus princípios fundamentais de promoção da qualidade do emprego, da educação e da inclusão social. Tal é corroborado por um quadro regulamentar favorável, que promove determinante o desenvolvimento sustentável através de iniciativas locais — um impulso encorajador para uma Europa mais sustentável do ponto de vista social, ambiental e económico.

A concretização destes objetivos, em conjunto com o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, exigirá parcerias fortes e equitativas entre as autoridades públicas, os parceiros sociais e a sociedade civil. Em conjunto com os nossos membros, representando 49 organizações de cúpula da sociedade que desenvolvem atividade no setor social em toda a UE, acompanharemos de perto as negociações interinstitucionais do QFP e defendemos uma política de coesão ambiciosa capaz de promover o progresso social para todos.

socialplatform

<http://www.socialplatform.org/>

Fundos europeus para todos — investir nas pessoas

Não há dúvida de que a política de coesão é essencial para criar uma Europa para todos. Ao longo dos anos, a política de coesão e os fundos deram um contributo importante para a inclusão das pessoas com deficiência, mesmo nas regiões mais remotas da Europa.

No entanto, a proposta para o período pós-2020 causa-me preocupação. A redução proposta para o orçamento irá afetar os cidadãos mais desfavorecidos, em especial nas regiões onde apresentam maior vulnerabilidade. Numa época em que o sentimento antieuropeu está a aumentar, esta redução orçamental corre o risco de avivar esta chama. Além disso, corre o risco de criar duas Europas — uma para as pessoas que têm uma situação próspera e outra para as socialmente excluídas, que serão ainda mais afastadas do projeto europeu.



Yannis Vardakastanis,
Presidente do Fórum Europeu
das Pessoas com Deficiência

Dito isto, reconhecemos os esforços da Comissão no sentido de simplificar os fundos. Esperamos que esta simplificação assegure o acesso a financiamento a um maior número de pessoas com deficiência e que estas possam sentir uma verdadeira diferença positiva no seu quotidiano. Para concretizar este objetivo, é essencial que os regulamentos assegurem uma participação significativa da sociedade civil desde o início do processo. A disposição relativa às parcerias

rias deve ser mantida e defendida durante as negociações. Este é o caminho mais seguro — a única forma — para garantir que os fundos chegam aos cidadãos mais desfavorecidos.

Também estou satisfeito por ver que a Comissão manteve as condicionalidades *ex ante* e as referências ao Pilar Europeu dos Direitos Sociais, à Carta Social Europeia e, evidentemente, à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD).

Este ano, conseguimos finalmente a ratificação universal da CDPD pela UE e os seus Estados-Membros. No entanto, dez anos de austeridade conduziram a uma falta de investimento na inclusão e na redução da pobreza. Segundo as estimativas, mais de um milhão de europeus vivem em instituições. É necessário inverter esta situação.

É também muito preocupante a ausência das referências à acessibilidade constantes dos últimos regulamentos. Após anos de esforço e de progressos por parte da Comissão, o movimento em favor das pessoas com deficiência corre o risco de se perder. A acessibilidade é essencial para a nossa participação na sociedade. Confio que os decisores europeus ouçam o nosso apelo e incluam a acessibilidade no princípio horizontal de promoção da igualdade e da não discriminação, e ao longo de todo o regulamento.

Quero uma Europa que me inclua. Para o efeito, é necessária uma política de coesão forte.



<http://www.edf-feph.org/>

Concentração no crescimento a longo prazo e na competitividade



Markus J. Beyrer,
Diretor-Geral da Confederação
das Empresas Europeias

As empresas consideram que o orçamento da UE pós-2020 devia refletir as suas prioridades para o futuro e concentrar esforços na melhoria da nossa competitividade, especialmente nos domínios em que a UE pode proporcionar benefícios concretos e ajudar a preparar a indústria para as grandes tendências, como a digitalização ou a transição energética.

Gostaríamos de ver um orçamento orientado para a reforma que apoiasse a participação dos parceiros sociais na concretização das reformas do mercado de trabalho, nomeadamente através da melhoria do Fundo Social Europeu. Além disso, a UE devia aumentar o êxito da política de coesão, tornando-a parte integrante de uma estratégia de investimento europeia, com um quadro financeiro adequado para apoiar uma Europa coesa.

Congratulamo-nos com o facto de a proposta da Comissão refletir claramente novas prioridades nos domínios da migração, da segurança e da defesa, onde a ação a nível da UE pode conduzir a uma despesa mais eficiente e a melhores resultados. Embora reconheçamos o seu enfoque mais acentuado no investimento orientado para o futuro na sua recente proposta para o QFP, é necessário um maior nível de ambição para promover o crescimento a longo prazo e a competi-

tividade na UE. Instamos todos os decisores políticos a darem prioridade e terem por base o enfoque reforçado da Comissão na competitividade da UE, especialmente no domínio da investigação e inovação, durante as próximas negociações.

É essencial que todas as partes trabalhem no sentido de alcançarem um rápido acordo sobre o QFP pós-2020 antes das eleições para o Parlamento Europeu, que terão lugar em maio de 2019. Não dar-nos ao luxo de sofrer atrasos nos grandes incentivos ao investimento numa época em que os EUA avançam com uma grande reforma fiscal e a China está a aplicar a iniciativa «One Belt and One Road».



<https://www.business europe.eu/>



Política de coesão pós-2020: algo para todos, mas a que preço?

As recentes propostas da Comissão para o QFP sugeriram uma redução de aproximadamente 7% para a política de coesão pós-2020. Ao serem iniciadas as negociações, esta redução poderá agravar-se. Este facto não impediu uma aceleração na ambição da política — ligações mais fortes ao Semestre Europeu e condicionalidades, uma maior concentração na concretização das reformas estruturais e no aumento da resiliência da UEM. Ao mesmo tempo, o pedido relativo ao reforço da simplificação e da flexibilidade na execução foi reconhecido. Um exercício de equilíbrio foi cuidadosamente levado a cabo para oferecer algo a todos, mas mediante um preço:



Alison Hunter,
assessora principal do CPE em matéria de política regional, inovação regional e crescimento industrial

uma abordagem cega em relação aos territórios para facilitar os efeitos da aglomeração; e

- ✔ O compromisso da convergência económica, condicionado simultaneamente os fundos com a adesão ao Estado de direito.

Será que estas soluções de compromisso diminuem o princípio da Política? Uma liderança política mais forte poderia melhorar significativamente o tom do debate — a nível da UE, dos Estados-Membros e local — nos próximos meses. Isto também exigirá que todos os parceiros da política de coesão reconheçam aquilo que é viável dentro do quadro completo de um orçamento mais limitado para o QFP, com mais prioridades para cumprir.



Robin Huguenot-Noël,
analista de políticas do CPE em matéria de prosperidade sustentável para o programa da Europa

Há ainda muito a concretizar relativamente à agenda da UE para a coesão (a nível social, económico e territorial). O valor acrescentado da política será mais visível quando soluções de compromisso forem reconhecidas.



<http://www.epc.eu/>

- ✔ Uma abordagem proporcional e menos interventiva, propondo, simultaneamente, o reforço da centralização (por exemplo, da política social);
- ✔ A procura contínua da melhoria do desempenho económico e inovador, mas sem apoiar a estratégia de crescimento da UE;
- ✔ Mais flexibilidade em matéria de despesas, mas uma fiscalização mais rigorosa no âmbito do Semestre Europeu;
- ✔ Um enfoque renovado nas regiões rurais e transfronteiriças mais atrasadas, prosseguindo simultaneamente

Os Estados-Membros devem ir além de proferir uma vitória orçamental no seu território. Ao mesmo tempo, regiões devem combinar o âmbito renovado para encontrar soluções personalizadas, com uma maior apropriação do desempenho da política. Nos próximos meses, existe uma forte probabilidade de o papel da política de coesão (a nível da promoção do valor do projeto da UE e da orientação do apoio a uma maior resiliência regional/local) ser relegado para segundo plano nesta agenda política. Seria «um golo na própria baliza» relativamente a todos os parceiros.

É necessária uma resposta mais ousada para combater as alterações climáticas

Durante quase três décadas, a política de coesão foi uma expressão da solidariedade económica, social e territorial entre as diferentes regiões da UE. Demonstrou igualmente ser um catalisador na luta contra as alterações climáticas e na transição para um sistema de energia hipocarbónico, proporcionando investimentos públicos em setores como os transportes, a energia e a construção, que são importantes fontes de emissões de gases com efeito de estufa na Europa.

A 29 de maio, a Comissão apresentou a sua proposta sobre o futuro da política de coesão pós-2020, revelando uma ambição renovada com um número mais reduzido de objetivos políticos, uma maior afetação de fundos para combater as alterações climáticas e o reforço da ligação com os objetivos da UE em matéria de energia e clima para 2030.

Mas o próximo orçamento da UE e os seus regulamentos subsequentes surgem num momento em que o imperativo do clima é mais premente do que nunca. Neste ponto, as referidas melhorias em torno dos objetivos políticos ficam aquém das medidas ousadas necessárias para evitar alterações climáticas catastróficas.

Embora seja necessária uma ação drástica para orientar a transformação energética, podem ser tomadas algumas medidas simples: é necessária uma afetação de fundos ainda maior, apoiada uma metodologia de monitorização do clima melhorada, conforme recomendado pelo Tribunal de Contas Europeu.

Ao mesmo tempo, os elementos da política de coesão que apoiam o envolvimento de intervenientes locais, como o princípio da parceria e a abordagem de desenvolvimento local de base comunitária, são ainda demasiado dependentes



Hanoteaux Raphael,
Responsável pela gestão de políticas UE,
CEE Bankwatch Network

do critério dos Estados-Membros. A clarificação acerca destes elementos, bem como novas condicionalidades *ex ante* específicas sobre a participação pública, são fundamentais para garantir o apoio adequado da política de coesão a uma transformação energética ascendente.

A proposta da Comissão sobre a política de coesão constitui um primeiro passo positivo. A bola está agora no campo dos Estados-Membros e do Parlamento Europeu, que devem demonstrar um compromisso de luta contra as alterações climáticas, desbloqueando o pleno potencial das políticas da UE mais bem-sucedidas neste domínio.



<https://bankwatch.org/>



Yldau e Fabian no início da Rota do Atlântico em Lisboa

Em viagem com os jovens da Europa

O projeto «Road Trip», lançado esta primavera pela Direção-Geral da Política Regional e Urbana da Comissão Europeia, é, antes de mais, uma aventura humana. Jovens de diferentes origens embarcam numa viagem por toda a Europa para explorarem uma série de iniciativas e projetos financiados e viabilizados pela União Europeia.

O objetivo é proporcionar aos jovens europeus uma nova oportunidade de experimentarem em primeira mão o que a UE representa e a sua atividade no terreno.

Quatro equipas, constituídas por dois jovens, partiram numa viagem rodoviária de um mês pela Europa com percursos pré-definidos. Ao longo do trajeto, alguns habitantes locais juntam-se aos viajantes durante parte do percurso, apresentando-lhes a sua forma de vida e as paisagens locais. As viagens abrangem todo o continente, desde a costa do Mediterrâneo até ao mar Báltico e ao longo da costa do Atlântico e das margens do rio Danúbio.

São publicadas com regularidade atualizações breves no Instagram e no Facebook, incluindo vídeos curtos, bem como vídeos mais longos no final de cada semana.

Das quatro rotas, duas (Mediterrâneo e Atlântico) já foram concluídas; pode ler abaixo as reflexões dos participantes sobre o que aprenderam na viagem.

«Anteriormente, quando pensava na Comissão Europeia, não sabia nada sobre a atividade que a mesma desenvolvia, e supunha que deveria ser algo muito aborrecido. Aprendi muito durante este mês. Tive a oportunidade de visitar projetos financiados pela UE, e devo dizer que fiquei muito bem impressionada. Não foi nada aborrecido e todos os projetos que visitámos são muito importantes para que tenhamos um futuro melhor. Por exemplo, a nossa água: nos Países Baixos, a nossa água potável é muito boa, por isso, limito-me a consumi-la sem pensar em quaisquer problemas relacionados com a água. Em Espanha, disseram-me que, dentro de poucos anos, a água potável poderá tornar-se um grande problema a nível mundial. Por esta razão, foi concebida uma forma de reciclar a água que utilizamos no duche utilizando-a no autoclismo, porque é realmente um desperdício utilizar água potável para este fim.



Considero que é muito importante haver iniciativas como esta. Além de ter estas iniciativas, penso que é importante dá-las a conhecer às pessoas. O projeto «Road Trip» permite que os jovens europeus tenham uma perspetiva e estou francamente satisfeita com esse facto. Espero que, à semelhança do que sucedeu comigo, eles possam ter uma melhor perceção sobre o que está a acontecer neste momento.»

YLDAU (24, Países Baixos, rota do Atlântico)

«Vivo na Europa há quase cinco anos. Relativamente a alguns aspetos, sentia-me parte da Europa, mas durante a viagem do projeto tive a oportunidade de envolver-me mais na cultura europeia, conhecer pessoas diferentes todos os dias, sendo cada uma delas única à sua maneira. Vejo a Europa como um grande país graças ao princípio da União Europeia de evitar ter fronteiras e manter a união. Além de todas as experiências vividas e locais que visitámos durante este mês na estrada, o que mais valorizo são as pessoas com quem passei todos os dias (Yldau, Ynke, Frank e Sidney). Agora, são meus amigos e a amizade é, no meu entender, algo inestimável.»



FABIAN (25, um equatoriano que vive em Vilnius, Lituânia, rota do Atlântico)

«Quando me questiono de onde venho, a Europa parece ser a resposta certa. Em 2016, participei no programa de intercâmbio Erasmus e conheci pessoas de todo o continente. Desde então, passei a ter 100% de certeza de que a minha opinião e os meus valores relativamente ao mundo não são alemães, mas sim europeus.

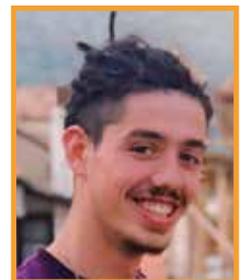


Enquanto andei em viagem com os meus quatro novos amigos, não só fiquei a conhecer a Bélgica e a sua cultura ligeiramente diferente (em relação ao meu país), como também reconhecerei o sentimento semelhante que todos tínhamos relativamente às nossas aventuras europeias. Independentemente da distância dos locais por onde viajámos, as pessoas que conhecemos riam dos mesmos gracejos e mostravam preocupações semelhantes às nossas. Fizeram-nos sentir e compreender o significado da União Europeia. A UE interliga os cidadãos europeus em prol de uma comunidade pacífica e solidária.

Percebi também que a UE não acontece só em Bruxelas — representa também pessoas que reconhecem os problemas nas suas regiões e que se mobilizam para concretizar mudanças, e são elas que verdadeiramente dão vida à UE. Além disso, embora não tenha ouvido apenas coisas positivas sobre a UE, considero que hoje em dia é mais fundamental do que nunca interligar os países e abordar as semelhanças, em vez das diferenças.»

LOUISA (26, Alemanha, rota do Mediterrâneo)

«Voltei agora ao meu país, onde permanecerei durante algum tempo, e ainda não fiz um balanço completo da viagem. A impressão que deixou em mim foi tal — todos aqueles países, pessoas e culturas diferentes — que alterou completamente a ideia que eu tinha sobre a Europa! E estou imensamente grato pelo projeto! No entanto, não foi só a ideia que fazia dos países da UE que mudou, como também a perceção que tinha da própria UE. Testemunhei a forma como alguns dos projetos prestam apoio e contribuem para o crescimento e isso despertou em mim um sentimento caloroso. Talvez seja um estereótipo, mas sempre que pensava na UE, imaginava homens com fatos à medida, sentados à volta de uma grande mesa redonda a tomarem decisões sobre o mundo. E assim é, mas também trabalham em estreita colaboração com pequenos projetos locais que fazem o seu melhor para proporcionar um bom futuro às pessoas e à natureza. Basicamente, após a viagem, fiquei com uma ideia muito mais ampla do que se trata e sinto-me extremamente orgulhoso pelo facto de fazer parte dela e de poder considerar-me europeu.»



LOUIS (21, Bélgica, rota do Mediterrâneo)





O «barco verde», movido a energia solar, levou os viajantes a um ilha secreta situada entre a Grécia e a Albânia

SAIBA MAIS



<https://roadtripproject.eu/>



<https://www.facebook.com/EUinmyregion/>



<https://www.instagram.com/euinmyregion/>



<https://www.youtube.com/user/RegioNetwork>



NOTÍCIAS [BREVES]

EUROACCESS MACRO-REGIONS — FOI LANÇADO O PONTO DE INFORMAÇÃO E A FERRAMENTA DE PESQUISA DE FINANCIAMENTO

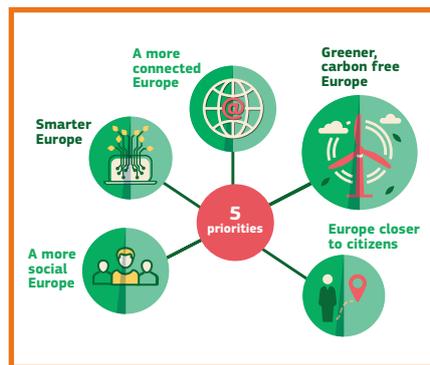
Desde 2016, o EuroAccess é um ponto de informação central em linha sobre oportunidades de financiamento da UE na região do Danúbio. O seu êxito foi tal, que o sítio foi agora alargado de forma a abranger as quatro estratégias macrorregionais: a Estratégia da UE para a Região Adriática e Jónica, Estratégia da UE para a região alpina, a Estratégia da UE para a região do mar Báltico e a Estratégia da UE para a Região do Danúbio.

O EuroAccess, que funciona como uma porta de entrada para o financiamento da UE, fornece os dados essenciais de mais de 200 programas de financiamento da UE, incluindo (entre outros) todos os programas Interreg que se inscrevem no âmbito geográfico das estratégias macrorregionais da UE. Os potenciais candidatos podem procurar convites abertos à apresentação de propostas de projetos e filtrar os resultados com base no seu tipo de organização, país de origem e abordagem temática da sua ideia de projeto, entre outros. ■

SAIBA MAIS

www.euro-access.eu

«VIA DE EXCELÊNCIA» AJUDA AS REGIÕES TORNAREM-SE MAIS INOVADORAS



A Comissão está a renovar a iniciativa «Via de Excelência» para continuar a fornecer apoio adaptado e técnico às regiões menos avançadas no domínio da inovação. A iniciativa, relançada este verão e coordenada pelo Centro Comum de Investigação, irá ajudar as regiões a desenvolver, atualizar e aperfeiçoar as suas estratégias de especialização inteligente antes do início do período orçamental 2021-2027. Irá igualmente ajudar a identificar recursos da UE adequados para financiar projetos inovadores e formar parcerias com outras regiões com vantagens semelhantes para criar polos de inovação. ■

SAIBA MAIS

<http://europa.eu/!wJ78cQ>

A CAMPANHA #EUINMYREGION PROMOVE UM VERÃO DE DESCOBERTAS



Esta campanha anual europeia pretende mostrar aos cidadãos os projetos financiados pela UE nas suas próprias regiões. Tal é alcançado levando os cidadãos a explorarem com os seus próprios olhos milhares de projetos da UE e incentivando as pessoas a partilharem imagens e experiências através das redes sociais de concursos. Os concursos de fotografia e de blogues demonstram ser tão populares como sempre, e o sítio Web da campanha apresenta agora também vídeos e testemunhos de profissionais que visitaram um projeto em Charleroi, na Bélgica, bem como um mapa interativo que facilita a procura de projetos participantes em todo o continente. ■

SAIBA MAIS

<http://europa.eu/!BD89TH>



Ponte Samuel Beckett, Dublin

A Irlanda investe na inovação

A política de coesão foi durante muito tempo conhecida pela pavimentação das autoestradas da Irlanda, mas agora está a impulsionar cada vez mais o seu motor de crescimento económico, graças ao apoio à inovação e às PME. Uma nova competitividade é especialmente importante, dado que o país se prepara para os potenciais efeitos do *Brexit*.

Situada no Atlântico Norte a oeste do Reino Unido, o território da Irlanda ocupa cerca de 70 000 km² e tem uma população de 4,76 milhões de habitantes, um terço das quais têm menos de 25 anos. Aderiu à Comunidade Económica Europeia em 1973 e faz parte da área do euro desde 1999.

Após um período de rápido crescimento económico desde meados da década de 1990 até finais da década de 2000, que lhe mereceu o epíteto de «Tigre Celta», a Irlanda foi duramente atingida pela crise financeira mundial no início de 2008, tendo acabado por necessitar de um resgate apoiado por fundos da UE e do Fundo Monetário Internacional, seguido de anos de austeridade orçamental.

Avanço rápido até 2018. O forte desempenho económico da Irlanda dá poucos indícios da crise passada e está entre os melhores da Europa. O seu PIB, que registou um aumento de 7,8% no ano passado, torna o país na economia que apresentou o mais rápido crescimento da UE em 2017. Além disso, a sua taxa de desemprego, de 5,9% em abril de 2018, situa-se bem abaixo da média da UE.

Num contexto em que o ambiente fiscal favorável atrai um elevado número de empresas multinacionais, o setor industrial domina a economia da Irlanda, totalizando 38,9% em 2016. Os serviços de comércio grossista e retalhista, transportes, alojamento e alimentação são também contribuintes importantes. Por exemplo, as exportações agroalimentares da Irlanda ultrapassaram mil milhões de euros por mês, pela primeira vez, em 2017, de acordo com o Irish Food Board, (o organismo irlandês para a alimentação), sendo o Reino Unido o seu mercado mais importante.

No geral, as trocas comerciais na UE representam 51% das exportações da Irlanda, sendo que os parceiros Reino Unido e Bélgica estão em situação de igualdade, ocupando a posição cimeira com 13% cada. No que se refere às importações, 68% têm origem na UE, e o Reino Unido situa-se no topo com 29%.

Tendo em conta o volume das trocas comerciais entre os dois países, bem como a sua proximidade geográfica, a Irlanda encontra-se entre os países mais afetados pela decisão do Reino Unido de sair da União Europeia — estando, por conseguinte, ensombrada por incertezas quanto às consequências do *Brexit*.

Investir na inovação e na competitividade

Os fundos de coesão continuam a desempenhar um papel importante no desenvolvimento da economia da Irlanda. Para o período 2014-2020, o país receberá até 3,4 mil milhões de euros de auxílios dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) e, até ao final do ano passado, um montante estimado de 2,6 mil milhões — ou 79% do total — tinha já sido atribuído a projetos.

« Os fundos de coesão continuam a desempenhar um papel importante no desenvolvimento da economia da Irlanda. Para o período 2014-2020, o país obterá 3,4 mil milhões de euros de apoio dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) e um montante estimado de 2,6 mil milhões de euros — ou 79 % do total — foram atribuídos a projetos até ao final do ano passado. »

Os FEEI, em particular o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), estão a ajudar a Irlanda a dar resposta aos principais desafios colocados pelo crescimento inclusivo e a convergência. Inclui-se aqui a priorização do investimento público e privado na inovação — especialmente nas pequenas e médias empresas (PME) consideradas como menos avançadas em relação às multinacionais sediadas na Irlanda — bem como a promoção do desenvolvimento de novos produtos e serviços, apoiando a cooperação entre as empresas irlandesas e institutos de investigação. Esta questão é particularmente pertinente no contexto das ambiguidades e riscos associados ao *Brexit*, uma vez que o reforço da competitividade das empresas pode resultar em novos mercados alternativos para os produtos irlandeses.

Neste contexto, 35 % — a dotação mais elevada — do investimento do FEDER para a Irlanda destinam-se à investigação, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação (IDTI).

Esta abordagem já deu bons resultados em várias frentes. Os resultados incluem a criação de 3 400 novos postos de trabalho em empresas apoiadas pelo FEDER e auxílio financeiro em forma de investimento a 35 000 empresas. Foram constituídas setenta novas *start-ups* e empresas derivadas na sequência da participação ativa de 900 empresas em centros de investigação estratégica cofinanciadores. Entretanto, cerca de 860 novos investigadores estão a trabalhar em inovações

que resultaram na atribuição de 250 novas licenças comerciais. Além disso, a região norte e ocidental abrangida pelo programa do FEDER para as regiões BMW foi considerada como Região Empreendedora Europeia 2018.

A Comissão, nas suas recomendações específicas por país de 2018, sugeriu que a Irlanda tomasse medidas para promover o crescimento da produtividade das empresas irlandesas, em particular das PME, «fomentando a investigação e a inovação através de políticas especificamente orientadas, de formas mais diretas de financiamento e do reforço da cooperação estratégica com multinacionais estrangeiras, centros de investigação públicos e universidades». Estas medidas desenvolveriam as recomendações do ano anterior. Os investimentos do FEDER para o período de financiamento 2021-2027 estariam estreitamente associados ao Semestre Europeu e às recomendações específicas por país.

A proposta da Comissão para o período 2021-2027 permite que os Estados-Membros mais desenvolvidos como a Irlanda invistam entre 85 % e 100 % da sua dotação do FEDER na inovação. Isto permitiria a um Estado-Membro que decidisse fazê-lo dar um grande passo na via da competitividade futura.

A implantação de banda larga ultrarrápida é também um domínio que conta com o cofinanciamento do FEDER. Quando entrar plenamente em vigor, o plano nacional de banda larga



ajudará a superar os desafios associados à conectividade enfrentados pelas PME e os cidadãos, proporcionando acesso à Internet a velocidades adaptadas à Sociedade Europeia a Gigabits a cerca de 90% do país, o que se reveste de especial importância para as regiões rurais mais isoladas.

As empresas irlandesas esperam ter acesso a essa rede de ponta, uma vez que a Internet rápida e fiável é uma ajuda vital e é essencial para o crescimento e as vendas internacionais através do comércio eletrónico.

Os fundos de coesão estão igualmente a apoiar a transição da Irlanda para uma economia hipocarbónica, com mais de 120 milhões de euros em apoio do FEDER. Os projetos que visam a eficiência energética e a redução dos gases com efeito de estufa registaram progressos significativos.

Além disso, o apoio está a concentrar-se no reforço das competências digitais da população ativa irlandesa de modo a torná-las mais compatíveis com o mercado de trabalho, um défice identificado no relatório por país de 2018 relativo à Irlanda e em um painel de avaliação associado ao Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

Cooperar através da política de coesão

Olhando para o futuro, a Irlanda considera que a política de coesão é uma pedra angular de crescimento — quer para o país, quer para a União Europeia no seu conjunto. A política de coesão tem potencial para desempenhar um papel fundamental na consolidação e reforço da capacidade da União para enfrentar os desafios futuros. ■

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DO COINVESTIMENTO DO FEDER 2014-2020 ATÉ À DATA:

- formação empresarial para 50 000 participantes
- auxílio financeiro em forma de investimento a 35 000 empresas
- atividades de formação empresarial para 30 000 estudantes
- formação em gestão, marketing e exportação para 30 000 empresas
- 3 400 novos postos de trabalho em empresas apoiadas pelo FEDER
- 900 empresas colaboraram com centros de investigação estratégica, o que resultou na criação de mais de 70 novas *start-ups* e empresas derivadas
- 860 novos investigadores a trabalhar em inovações
- 270 novos parceiros industriais a colaborar com centros de investigação
- a concessão de 250 licenças em resultado da investigação

Irlanda

População

Segundo as projeções das Nações Unidas, a população da Irlanda ascende a cerca de 4,8 milhões de habitantes. Situada no Atlântico Norte, a Irlanda é a terceira maior ilha da Europa e ocupa uma área de 84 421 quilómetros quadrados. O território da Irlanda ocupa cinco sextos da ilha, e a Irlanda do Norte (que faz parte do Reino Unido) ocupa o restante território da ilha. Dublin é a capital e maior cidade da Irlanda, com uma população urbana de 1,11 milhões de habitantes.

Economia

De acordo com estimativas recentes da Comissão Europeia, a economia da Irlanda cresceu 7,8% em 2017, um ritmo três vezes superior ao registado na área do euro mais alargada. As suas perspetivas económicas continuam promissoras, embora os riscos tenham aumentado: o PIB real aumentou 7,4% em relação ao ano anterior e espera-se que registre um novo aumento de 4,4% em 2018 e de 3,1% em 2019. Na sua última perspetiva trimestral, a IBEC (Irish Business and Employers Confederation) prevê um crescimento de 4,2% em 2018, que considera como sendo suficientemente forte para resistir aos eventuais efeitos negativos relacionados com a incerteza do *Brexit*.

Mercado de trabalho

Tendo registado um valor de 5,9% em abril de 2018, a taxa de desemprego da Irlanda situa-se bem abaixo da média da UE. Em janeiro de 2018, o governo anunciou reformas destinadas a associar o financiamento das instituições de ensino superior à concretização das principais prioridades nacionais, incluindo um melhor alinhamento pelas necessidades da economia em matéria de competências, níveis mais elevados de desempenho e inovação, o desenvolvimento da investigação, nomeadamente com as empresas parceiras, a melhoria do acesso aos estudantes em situação de desvantagem, e a melhoria das possibilidades de aprendizagem ao longo da vida e da flexibilidade de aprendizagem. Estas medidas irão reforçar o apoio às políticas e objetivos do FEDER e do FSE do período 2014-2020.



Setores-chave

O setor da exportação, liderado por máquinas e equipamentos, computadores, produtos químicos, equipamentos médicos, produtos farmacêuticos, produtos alimentares e produtos de origem animal, é dominado por multinacionais estrangeiras, que são um componente importante da economia. O setor agroalimentar da Irlanda é muito dependente do mercado do Reino Unido, sendo que, em 2015, mais de 43% dos produtos agroalimentares irlandeses tiveram como destino o Reino Unido. As exportações de produtos agroalimentares da Irlanda ultrapassaram os mil milhões de euros por mês pela primeira vez em 2017. Se incluirmos produtos não alimentares como os provenientes da silvicultura, o valor total das exportações de produtos agroalimentares ascendeu a 13,5 mil milhões de euros em 2017. O setor leiteiro registou o desempenho mais forte com um aumento 19% levando as exportação de produtos lácteos a ascender a mais de quatro mil milhões de euros. O setor da carne conseguiu também bons resultados, registando um aumento das vendas de exportação de cerca de 5%, ascendendo a quase 2,5 mil milhões de euros.

Especialização inteligente, investigação e inovação

A Irlanda é um país fortemente inovador, com prioridades definidas em matéria de especialização inteligente nos seguintes setores: transformação e indústria; tecnologias da informação e da comunicação; produção e distribuição de energia; saúde humana e serviço social; e tecnologias facilitadoras essenciais.

É ainda necessário aumentar a despesa pública em IDTI para tornar as empresas locais de propriedade irlandesa mais dinâmicas e inovadoras e, por conseguinte, mais competitivas no mercado global. Além disso, devem identificar novos mercados alternativos para compensar os efeitos do *Brexit*. Os PO do FEDER investem atualmente 35% em IDTI, o que representa a maior parte da dotação do seu coinvestimento total de 2014-2020 na Irlanda. >

RAMPA DE LANÇAMENTO PARA FUTURAS START-UPS

O projeto **PorterShed** é uma iniciativa que visa apoiar as *start-ups* de tecnologia que têm ambições globais. Localizado no centro da cidade de Galway, o projeto constitui a primeira fase na criação de um polo de inovação destinado a apoiar *start-ups* e PME com elevado potencial na região ocidental da Irlanda. Tendo por base a comunidade, a cooperação e a conectividade, o PorterShed proporciona um espaço de trabalho conjunto a empresários, juntamente com outras formas de assistência, como o acesso a investidores e o aconselhamento financeiro.

As empresas que utilizam as instalações abrangem uma variedade de domínios das TI, incluindo *software*, revelação de fotografias, assistência ao cliente, ensino de línguas, pagamento sem contacto, moda e formação. O PorterShed, que é reconhecido como uma vitrina do panorama das *start-ups* de tecnologia de Galway, acolhe mais de 30 empresas inovadoras e mais de 90 membros, além de secretárias partilhadas para membros ocasionais e um espaço aberto para eventos e *workshops*.

<https://portershed.com/>



UMA ABORDAGEM CRITERIOSA À ANÁLISE DE DADOS

O **Insight** Center for Data Analytics é uma iniciativa conjunta de investigadores da Universidade de Dublin, da NUI Galway, do University College Cork, do University College Dublin e de outras instituições parceiras. A iniciativa Insight reúne mais de 400 investigadores, um financiamento de mais de 100 milhões de euros e conta com mais de 80 parceiros do setor, com vista a posicionar a Irlanda no centro da investigação sobre análise de dados a nível global.

Ao permitir melhorar o processo decisório, a análise de dados tem potencial para melhorar a nossa abordagem relativamente a todos os domínios, desde listas de espera de hospitais até à utilização da energia e à publicidade. Na interface do setor académico e da indústria, está a realizar projetos de investigação que deverão beneficiar domínios como a gestão e a reabilitação de doenças crónicas, a deteção pessoal inovadora, a interligação da saúde e das ciências da vida e a sociedade analítica. Todos estes domínios são modernos e proporcionam futuros empregos altamente qualificados e potencial de crescimento para as regiões da Irlanda. A cooperação da Insight criou também várias empresas derivadas e *start-ups*.

<https://www.insight-centre.org/>



APOIO LOCAL PARA IMPULSIONAR A COMPETITIVIDADE DAS PME

Os **Local Enterprise Offices** (LEO), sob a cúpula da Enterprise Ireland, são importantes pontos de contacto de balcão único para as empresas locais em toda a Irlanda. A equipa presta aconselhamento, informações e apoio para o arranque ou consolidação de uma empresa. Em toda a rede de autoridades locais da Irlanda, 31 equipas especializadas oferecem um amplo leque de experiências, competências e serviços. Por exemplo, em 2017, o LEO de Galway teve um papel ativo em 321 intervenções de formação; programas de tutoria de seis meses; assistência a designers inovadores e criativos; formação inicial para *start-ups*, etc.



Seguem-se dois exemplos de pequenas empresas que receberam formação/assistência em matéria de gestão por parte deste LEO: **Kinvara**: uma empresa de produtos naturais para o cuidado da pele que está agora pronta para começar a exportar. A sua fundadora, a Dr.^a Joanne Reilly, uma antiga investigadora, tornou-se empresária em 2011 e criou uma nova marca e um sítio Web em 2017, quando a empresa obteve finalmente acesso à banda larga ultrarrápida e assistiu a um aumento de quase 100% das suas vendas na Internet em apenas algumas semanas!

Skylark Attic Stairs: em 2015, 95% da sua produção teve como destino o Reino Unido; em 2016, as suas vendas registaram uma diminuição de 80%. Esta situação convenceu o proprietário a participar no curso de estratégia Lean organizado pelo LEO, o que se revelou útil, pois, em 2017, a empresa recebeu uma patente e uma encomenda dos EUA para o seu produto e pretende expandir a sua atividade. Uma vez que 75% dos seus produtos são de origem local, consegue criar empregos locais. A empresa comercializa através do Google AdWords e prevê aumentar as vendas para 5 000 unidades por ano.

<https://www.localenterprise.ie/About-Us/Case-Studies/>

Juntamente com os LEO, o fundo de comercialização da Enterprise Ireland e os seus projetos, também cofinanciados pelo FEDER, desempenham um papel fundamental no apoio à criação de *start-ups* de base tecnológica e à transferência de inovações desenvolvidas em institutos de ensino superior e organizações de investigação para a indústria em todo o país.

ADMINISTRAR APENAS O QUE O MÉDICO RECEITOU

A **Aerogen** é a empresa líder mundial em dispositivos médicos especializada na conceção, produção e comercialização de sistemas de administração de medicamentos por aerossol de elevado desempenho, que estão a transformar a medicina nos hospitais em todo o mundo. A sua tecnologia de malha vibratória patenteada converte o medicamento líquido numa névoa de partículas finas que administra, de forma suave e eficaz, o medicamento nos pulmões de pacientes em estado crítico de todas as idades.

Até à data, esta inovadora tecnologia de paládio tem mais de 100 patentes, é vendida em mais de 75 países e foi utilizada para tratar mais de 6 milhões de pacientes. Comparativamente a um nebulizador comum de pequeno volume, verifica-se uma redução de 32% das taxas de dosagem efetiva; uma redução de 37 minutos do tempo médio de permanência nas urgências e uma diminuição de 75% da utilização de medicamentos. Graças ao investimento inicial do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), a Aerogen já é um interveniente internacional importante no seu setor.

<https://www.aerogen.com/>





ABRIR NOVOS CAMINHOS PARA CONTEÚDOS DIGITAIS INOVADORES

A **ADAPT** é o centro global de excelência para os conteúdos digitais da Irlanda. Tendo recebido recentemente 50 milhões de euros de financiamento suplementar, assume-se como um centro de investigação multi-institucional de liderança mundial. Combina o conhecimento especializado dos investigadores com o dos parceiros da indústria para produzir inovações pioneiras em conteúdos digitais, que estão a revolucionar a forma como as pessoas interagem com os conteúdos, os sistemas e entre si.

O centro combina o conhecimento especializado de craveira mundial de investigadores de quatro universidades em Dublin — Trinity College, City University, University College e Institute of Technology — com o dos seus parceiros do setor para produzir inovações pioneiras no domínio dos conteúdos digitais. Contando com o coinvestimento do FEDER de 6 milhões de euros, está a desenvolver ferramentas transformadoras que permitem ao utilizador explorar dados de vídeo, de texto, de voz e de imagem de forma natural em diferentes línguas e dispositivos para ajudar as empresas a desbloquearem oportunidades no domínio dos conteúdos digitais e reinventarem formas de interligar pessoas, processos e dados para criar um novo valor económico.

<https://www.adaptcentre.ie/>

CONHECIMENTO ESPECIALIZADO NUM MUNDO CONECTADO

O **CONNECT** — Research Centre for Future Networks and Communications da Science Foundation Ireland (SFI) — trabalha com mais de 35 empresas, incluindo grandes multinacionais, PME e *start-ups*. Reúne o conhecimento especializado de craveira mundial de dez instituições académicas irlandesas para criar um balcão único para a investigação no domínio das telecomunicações, do desenvolvimento e da inovação (a «Internet das coisas»).

O objetivo deste programa cofinanciado pelo FEDER é desenvolver um amplo conjunto de centros de investigação de craveira mundial, alinhado pelos 14 domínios de investigação prioritários identificados no exercício de definição de prioridades de Investigação que terá um impacto económico significativo na Irlanda. O **CONNECT** associa investigadores e engenheiros em parcerias em todo o meio académico e indústria para dar resposta a questões fundamentais no domínio da investigação; promove o desenvolvimento de empresas de tecnologia novas e já existentes sediadas na Irlanda; atrai a indústria que poderá fornecer um importante contributo para a Irlanda e para a sua economia; atrai investigadores de alta qualidade e capital internacionais; atrai, firma e mantém empresas conexas na Irlanda; e aumenta o número de investigadores formados pela SFI que trabalham na indústria. ■

<https://connectcentre.ie/>





Partir do passado para preparar a abordagem dos desafios do futuro

Paschal Donohoe, Ministro irlandês para as Finanças, a Despesa Pública e da Reforma, explica à *Panorama* como a Irlanda beneficiou da sua adesão à UE e está disposta a assumir novos compromissos para mostrar aos cidadãos da UE de que forma a União está a trazer valor acrescentado e a trabalhar para eles.

Em 2018, a Irlanda celebra o 45.º aniversário de adesão à UE. De que forma o país evoluiu ao longo deste tempo, e qual foi o papel do FEDER e do FSE nesse desenvolvimento?

A Irlanda é um membro da União Europeia extremamente orgulhoso e muito empenhado. Quando aderimos à UE em 1 de janeiro de 1973, o nosso PIB equivalia apenas a 67 % da média da UE. Atualmente ascende a quase 180 % e passámos de beneficiário líquido a contribuinte líquido para o orçamento da UE.

Quando aderimos à UE, a política comercial e industrial da Irlanda baseava-se, há décadas, no protecionismo e na autossuficiência. Estas políticas introspetivas resultaram num fraco crescimento económico, em taxas de desemprego elevadas e na emigração em massa.

A Irlanda tem atualmente uma visão virada para o exterior. O Reino Unido é ainda um dos nossos parceiros comerciais mais importantes, representando mais de 13 % das mercadorias exportadas, destinando-se 52 % das exportações a outros Estados-Membros da UE,

e quase 27 % das nossas exportações têm como destino os EUA. A Irlanda é o quarto maior exportador de serviços financeiros da UE, 15 dos 20 maiores bancos do mundo estão sediados na Irlanda e os locadores do setor da aviação sediados na Irlanda gerem aqui o equivalente a 26 % da frota aérea global do mundo.

Embora tenhamos, indubitavelmente, enfrentado desafios na década passada com a crise bancária e a consequente recessão, a economia irlandesa encontra-se atualmente numa posição forte.



Registamos o maior crescimento do PIB na Europa — 7,8% em 2017 — e a nossa taxa de desemprego corresponde atualmente a 5,9% (abril de 2018).

É evidente que tudo isto não se deve unicamente à adesão à UE. No entanto, a adesão, incluindo a contribuição importante da política de coesão ao longo dos anos, trouxe muitas oportunidades para a Irlanda e constituiu um importante fator contribuinte para o nosso progresso económico e social.

Esta metamorfose económica traduziu-se numa vida melhor para os nossos cidadãos. Gozam de um melhor nível de vida, os nossos trabalhadores estão protegidos por uma sólida legislação laboral, a regulamentação em matéria de segurança alimentar protege as nossas famílias, e estamos a melhorar e a proteger o ambiente para as gerações futuras.

Os números mais recentes do Eurobarómetro (maio de 2018) revelam que 81% dos irlandeses consideram que a adesão da Irlanda à UE é positiva, em comparação com os 60% da média da UE. Além disso, 74% da população da Irlanda está satisfeita quanto à forma como a democracia funciona na União Europeia, enquanto 62% consideram que a UE está a enveredar pelo caminho certo (32% da média da UE).

Os fundos estruturais desempenharam um papel importante na Irlanda, tal como desempenham agora nos nossos novos Estados-Membros. Por exemplo, o financiamento da UE foi fundamental para modernizar a infraestrutura física de importância crítica e apoiou também o investimento na educação, formação e investigação, e no desenvolvimento e inovação, aos quais demos sempre prioridade.

A UE desempenhou um papel político muito importante no processo de paz na Irlanda do Norte. Desde 1995, os sucessivos programas PEACE contribuíram conjuntamente com 2,26 mil milhões de euros para as economias da Irlanda do Norte e dos condados fronteiriços da Irlanda (Cavan, Donegal Leitrim, Louth, Monaghan e Sligo). Este programa apoia projetos que ajudam a reconciliar as

comunidades e a construir um futuro em comum. Desde 1991, os sucessivos programas Interreg contribuíram, no seu conjunto, com 1,13 mil milhões de euros para as economias da Irlanda do Norte, para a Região Fronteira da Irlanda e, desde 2007, para a Escócia ocidental. Ambos os programas são importantes promotores do desenvolvimento regional num contexto transfronteiriço. O apoio dos fundos estruturais para os dois programas constitui não só uma importante fonte de financiamento, como também um elemento fundamental do empenho constante da UE no sentido da construção da paz e da reconciliação.

De que forma a utilização dos fundos da UE pela Irlanda sofreu alterações em resposta às alterações verificadas na sua economia e sociedade?

No passado, a Irlanda beneficiou significativamente dos fundos estruturais, porém estes têm vindo a diminuir continuamente à medida que a nossa economia vai crescendo: por exemplo, de 5,4 mil milhões de euros para o período de programação de 1994-1999 para 1,2 mil milhões de euros no período de 2014-2020. Anteriormente, este investimento foi fortemente concentrado na infraestrutura física e ajudou a financiar grandes projetos como a conclusão das cinco principais autoestradas interurbanas, o túnel do porto de Dublin, a conclusão do itinerário circular M50 e o apoio a diversos grandes projetos de transportes públicos, incluindo os sistemas ferroviários suburbanos e de elétrico de Dublin. No entanto, paralelamente a esta despesa em capital físico, foi também efetuado um investimento substancial para desenvolver o capital humano através da educação e formação, da requalificação dos trabalhadores e da promoção das capacidades de investigação.

Refletindo a natureza evolutiva da economia irlandesa e da economia global, a despesa de investimento do FEDER da Irlanda para 2014-2020 está atualmente concentrada em projetos essencialmente orientados para a investigação e a inovação, as TIC, a economia digital, o apoio à competitividade das PME e a transição para uma economia hipocarbónica, enquanto o FSE continua a investir nas

pessoas através da educação e formação. Estes investimentos irão ajudar a criar empregos sustentáveis, a promover as exportações globais e a apoiar o crescimento económico.

Continuarão a surgir oportunidades de financiamento adicional ao abrigo dos programas a nível da UE — o Horizonte 2020 e o programa que o vem substituir, o Erasmus, o Mecanismo Interligar a Europa, o COSME — e vários outros programas de menor dimensão.

A Irlanda é considerada como um dos grandes beneficiários do financiamento da UE no passado e, nos últimos anos, do investimento do FEDER nos domínios da investigação e inovação e da competitividade das PME. Os resultados destes investimentos correspondem às suas expectativas? Esta necessidade ainda existe? Quais são as principais oportunidades para a Irlanda?

Ao longo dos anos, a Irlanda beneficiou substancialmente do apoio da UE e utilizou os fundos de forma eficiente e eficaz.

Em termos dos domínios das despesas, o enfoque deixou de incidir nos investimentos estruturais e físicos e está agora no apoio à investigação, à inovação e ao desenvolvimento das PME, refletindo uma maior competitividade global e o rápido ritmo da evolução. O atual objetivo da Irlanda em matéria de investigação é aumentar o investimento bruto (público e privado) em investigação e inovação (I&I) para 2,5% do PIB até 2020. Não obstante o aumento das despesas pública e privada registado nos últimos anos, incluindo o apoio dos investimentos da UE, ainda não alcançámos este objetivo. Isto deve-se em parte à força do nosso desempenho económico e aos subsequentes aumentos das taxas de crescimento do PIB registados ano após ano, nos últimos anos. Tanto o FMI como a UE destacaram o nível de investimento público em I&I como parte das suas recomendações específicas por país, o que significa que o apoio contínuo e crescente continuará a ser uma prioridade essencial após 2020.

A evolução científica e tecnológica é cada vez mais rápida, e estamos a competir

« O enfoque está agora no apoio à investigação, à inovação e ao desenvolvimento das PME, refletindo uma maior competitividade global e o rápido ritmo de mudança. »

num ambiente global em constante mudança e fortemente competitivo. Manter o ritmo com a natureza incessante da mudança exigirá maior financiamento e apoio para a I&I, a fim garantir que as empresas irlandesas estão na vanguarda. As nossas instituições de ensino superior devem produzir diplomados com o leque de competências necessárias para serem intervenientes globais, antecipando e liderando as tecnologias de última geração e as descobertas científicas.

Existem oportunidades concretas para a Irlanda. No que se refere ao nosso desempenho no domínio dos produtos farmacêuticos, das TIC ou dos serviços financeiros, estamos a construir uma base sólida. Estamos a concentrar-nos no desenvolvimento das capacidades para a próxima geração de alterações perturbadoras, potenciando a inteligência artificial, apoiando as empresas na identificação e encaminhamento para novas oportunidades de mercado e na manutenção dos nossos centros de investigação e tecnologia, que estão na vanguarda da mudança. Neste domínio, o apoio do FEDER continuará a ser um importante componente de financiamento no futuro. Os Estados-Membros da UE não estão a competir entre si, mas sim a operar num mercado global intensamente competitivo e inconstante.

O que espera do próximo período de financiamento de 2021-2027 dos FEEI, e quais serão, na sua opinião, os principais desafios para a Irlanda?

Não existem quaisquer dúvidas de que a próxima fase da política de coesão está a ser formulada num período de desafios significativos para a Irlanda e para a Europa como um todo, incluindo questões como o *Brexit*, a migração, a segurança e o terrorismo.

A Irlanda considera que o nível da despesa à escala da UE terá de ser proporcional e adequado aos níveis globais de financiamento disponível e que as prioridades e os objetivos do QFP pós-2020

devem ser enquadrados neste contexto. Como referi anteriormente, a Irlanda reconhece e valoriza muito a sua adesão à UE. Enquanto contribuinte líquido, a Irlanda está aberta a contribuir mais para o orçamento da UE. No entanto, considero que ao mesmo tempo que devemos estar preparados para nos adaptarmos à evolução das prioridades e desafios da UE, não podemos perder de vista a utilidade e a contribuição das políticas tradicionais, incluindo a agricultura e a coesão.

No que diz respeito aos desafios que a Irlanda enfrenta, o *Brexit* é uma questão relevante, conforme reconhecido pelos nossos colegas na Europa. Estamos muito gratos pelo apoio que nos prestaram nas negociações, uma demonstração concreta da força e da unidade constantes da UE-27. Além das questões muito importantes do comércio e dos desafios físicos, também temos laços históricos únicos e sensíveis com o nosso vizinho mais próximo. Isto reflete-se na complexidade das negociações sobre a fronteira entre a Irlanda e a Irlanda do Norte.

Por conseguinte, é muito importante que, após o *Brexit*, sejam prosseguidos programas de investimento como o FEDER, mas também como o PEACE e o INTERREG. Creio que nenhum Estado-Membro deve ser desfavorecido de forma desproporcionada pelo impacto da decisão tomada pelo Reino Unido de abandonar a UE. É importante que a UE utilize todas as ferramentas disponíveis, incluindo a política de coesão, para demonstrar a solidariedade prática e o apoio a todas as regiões que são especialmente afetadas por desafios externos impostos, incluindo o *Brexit*.

Sendo uma pequena economia aberta, a Irlanda é, de certa forma, vulnerável aos choques económicos externos. Porém, as ameaças e as oportunidades são, talvez, duas faces da mesma moeda. Ao antecipar e dar resposta à próxima geração de inovações, ao satisfazer as necessidades

sofisticadas e diversificadas dos consumidores, ao continuar a entrar em mercados novos e emergentes e ao manter a competitividade, podemos resistir melhor a uma recessão num dos nossos domínios comerciais.

Para o próximo período de financiamento dos FEEI, espero sinceramente que sejam feitos todos os esforços para garantir que a execução da política no terreno seja tanto quanto possível simplificada e facilitada. Deste modo, ajudaremos a proporcionar maior eficiência aos contribuintes da UE e a produzir resultados mais positivos no terreno. Isto demonstra o verdadeiro valor acrescentado europeu de uma forma muito visível e mostra aos cidadãos da UE que a União está a trabalhar a seu favor.

Reconhecendo o valor da sua adesão à UE, a Irlanda está disponível para contribuir mais para o orçamento da UE — desde que tal resulte num valor acrescentado europeu suplementar. Aguardo com expectativa a possibilidade de trabalhar em estreita colaboração com colegas de outros Estados-Membros, bem como da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu, com vista a melhorar as políticas e garantir uma afetação de recursos adequada para os próximos anos. Trata-se de um esforço conjunto, em que a Irlanda, ciente da sua bem-sucedida história de adesão à UE, está pronta e ansiosa por desempenhar na íntegra o seu papel. ■

PONTO DE DADOS: UMA HISTÓRIA DOS INVESTIMENTOS DA POLÍTICA REGIONAL POR REGIÃO, 1988-2016

Tal como anunciado na *Panorama 64*, o ano de 2018 assinala o 30.º aniversário da concretização da política regional de acordo com uma abordagem de programação baseada na gestão partilhada. A reforma de 1998 registou uma transição importante do financiamento baseado nos projetos para a abordagem em termos de programação, cabendo um papel reforçado às autoridades nacionais e regionais. Desde 1988, registaram-se importantes avanços na construção da União Europeia. No âmbito dos quatro ciclos orçamentais plurianuais da UE (períodos de programação), o âmbito e a dimensão do financiamento da UE consagrado à abordagem das disparidades económicas, sociais e territoriais também evoluíram.

Em abril de 2018, a Comissão publicou o registo histórico mais abrangente dos pagamentos do orçamento da UE efetuados aos Estados-Membros e às regiões NUTS2 por parte do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo de Coesão.

A que perguntas respondem as informações e de que forma podem ser utilizados esses dados?

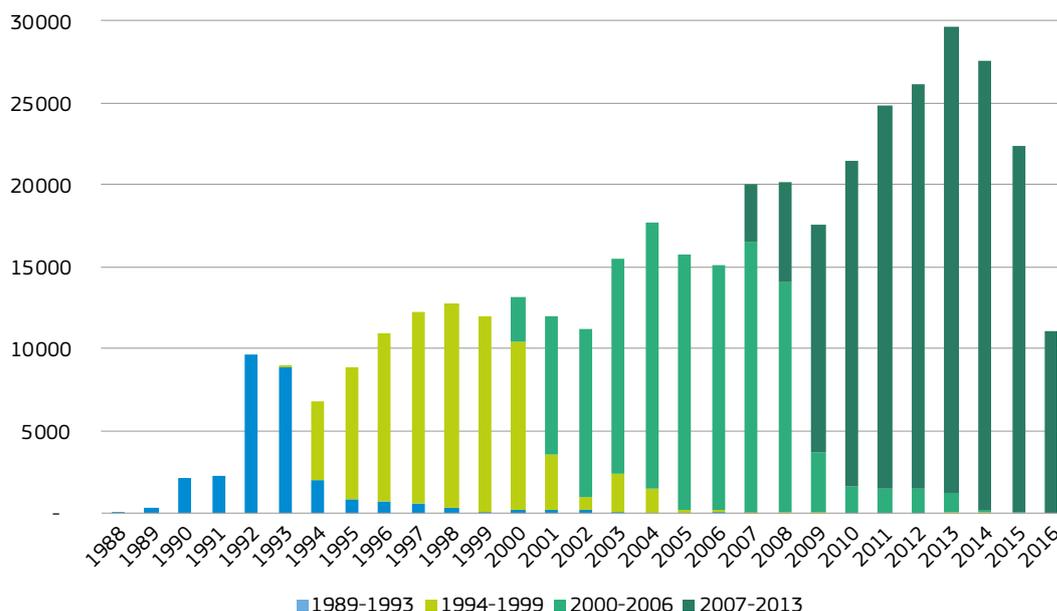
Em primeiro lugar, os dados respondem à pergunta falaciosamente simples: «Quanto é que a minha região/país recebeu no âmbito da política regional?» A resposta está agora disponível graças à apresentação harmonizada dos pagamentos anuais da UE por regiões NUTS2 desde 1988.

OS 20 MAIORES BENEFICIÁRIOS DOS INVESTIMENTOS DO FEDER NO PERÍODO 1988-2016

Pagamentos da UE	Milhões de euros
1. Andaluzia, ES	22 000
2. Campânia, IT	13 177
3. Norte; PT	13 075
4. Sicília, IT	11 691
5. Attiki, EL	9 325
6. Centro, PT	9 104
7. Apúlia; IT	8 838
8. Galiza; ES	8 336
9. Comunidade Valenciana, ES	7 448
10. Castela e Leão, ES	6 782
11. Saxónia-Anhalt; DE	5 975
12. Calábria, ES	5 957
13. Mazowieckie, PL	5 777
14. Lisboa, PT	5 642
15. Kentriki Macedónia, EL	5 393
16. Castela-Mancha, ES	5 350
17. Estremadura, ES	5 235
18. Anatoliki Macedónia, Thraki, EL	5 188
19. Turíngia, DE	5 090
20. Brandeburgo, FEDER	5 046

Uma análise anual dos dados demonstra também a sobreposição entre os períodos de programação: quando um programa termina, tem início outro.

PAGAMENTOS ANUAIS DO FEDER POR PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO (MILHÕES DE EUR)



Que programas de financiamento da UE são abrangidos pelo conjunto de dados?

O conjunto de dados abrange não só o FEDER e o Fundo de Coesão, mas também o Fundo Social Europeu e o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural, como indicado a seguir:

Milhões de euros	1989-1993	1994-1999	2000-2006	2007-2013
FEDER	28640	77736	122012	180547
FSE	N/A	N/A	66003	71000
FC	-	18078	30619	66186
FEOGA/FEADER	923	17905	22200	86107
Montante total	29564	113719	240834	403841

Quem terá interesse no conjunto de dados?

Embora o conjunto de dados possa não interessar diretamente à maioria dos cidadãos, um amplo leque de partes interessadas da política de coesão poderá considerá-lo útil. Até ao final de maio de 2018, mais de 900 utilizadores tinham visualizado o conjunto de dados e 100 investigadores e estudantes tinham-no descarregado.

Estes dados facilitam a análise económica dos efeitos dos fundos da UE, permitem ensaiar e melhorar as teorias económicas e permitem-nos compreender melhor os mecanismos subjacentes ao desenvolvimento regional.

Como foram compilados os dados?

Foram estabelecidas três etapas:

- ☑ O histórico de pagamentos anuais da UE por programa foi extraído do sistema contabilístico da Comissão.
- ☑ Os pagamentos por programa foram posteriormente regionalizados por um consultor, utilizando as melhores informações disponíveis dos programas e fazendo uma estimativa da distribuição regional nos casos em que não estavam disponíveis repartições pormenorizadas.
- ☑ Os pagamentos anuais da UE regionalizados foram objeto de tratamento posterior, através de técnicas de modelização, a fim de elaborar uma estimativa mais correta de quando as despesas efetivas foram efetuadas, levando ao pagamento por parte da UE.

Os relatórios associados ao conjunto de dados apresentam os pormenores relativos às metodologias utilizadas para a regionalização e modelização das despesas efetivas. ■

Explore os dados na plataforma de dados abertos dos FEEI
<http://europa.eu/!wM48Cv>

Que temas gostaria que abordássemos em futuros pontos de dados? Existe algum conjunto de dados que gostaria que incluíssemos na Plataforma de Dados Abertos dos FEEI? Se sim, escreva para: REGIO-EVAL@ec.europa.eu



Melhor governação da política de coesão

Em que medida é importante a boa governação para os investimentos da política de coesão?
Quais são os principais desafios que se colocam aos Estados-Membros e às regiões neste domínio e de que forma poderão superar melhor tais desafios?

Estas foram as principais questões colocadas a políticos, decisores políticos, investigadores e profissionais durante a conferência «Boa governação da política de coesão», organizada pela Comissão Europeia, Direção-Geral da Política Regional e Urbana da Comissão Europeia, em Bruxelas, a 24 de maio 2018. Todos os oradores concordaram que uma boa governação, administrações fortes e com um desempenho eficaz e um ambiente empresarial positivo são componentes essenciais para assegurar o êxito das políticas públicas. Este aspeto é igualmente destacado em estudos e relatórios recentes, que vão desde o Sétimo Relatório da Comissão sobre a Coesão até aos estudos mais recentes do Banco Mundial e da OCDE.

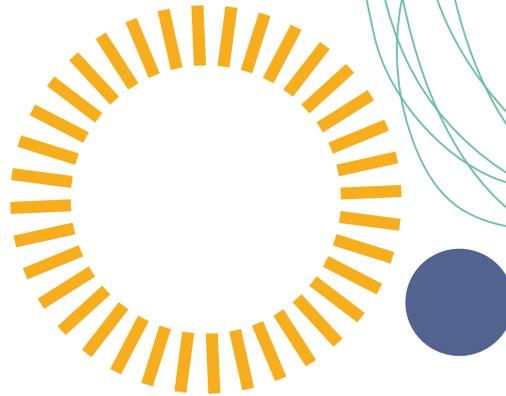
A boa administração e a boa gestão são também fundamentais para o sucesso da política de coesão enquanto principal política de investimento da UE. No seu discurso de apresentação, a Secretário-Geral Adjunta da OCDE, Mari Kiviniemi, disse: «Efetuar corretamente este investimento, num período de redução do investimento público na União Europeia, reveste-se de uma importância decisiva.»

Falando em nome da Presidência búlgara do Conselho da UE, o Vice-Primeiro-ministro Tomislav Donchev sublinhou a transferência de conhecimentos entre a UE e as administrações nacionais, bem como entre as próprias administrações. «A política de coesão muda todos para melhor. Não se trata apenas de um processo de investimento; é um processo de aprendizagem para as administrações a todos os níveis, uma vez que a gestão dos fundos da UE proporciona novas mentalidades, culturas e hábitos.»

A Comissão desempenha um papel importante enquanto promotor e facilitador. No início da conferência, o Comissário para o Ambiente, Assuntos Marítimos e Pescas, Karmenu Vella, mencionou as iniciativas que estão atualmente em curso para melhorar a governação e a prestação de contas em relação aos fundos da UE.

Todos os outros oradores, incluindo o Vice-Primeiro-Ministro da Eslováquia Richard Raši, o Ministro do Planeamento e das Infraestruturas de Portugal Pedro Marques, o Ministro para o Investimento e o Desenvolvimento da Polónia Kwieciński Jerzy, o Presidente do Comité das Regiões Karl-Heinz Lambertz e a deputada do Parlamento Europeu Constanze Krehl, acordaram que, para ser eficaz, a política de coesão deve poder contar ainda mais com a transparência e o envolvimento dos cidadãos, profissionais altamente qualificados, orientados por uma liderança forte e com visão de futuro, que trabalham num ambiente regulamentar e institucional estável. Uma outra prioridade consiste em incluir e capacitar todos os intervenientes: parceiros sociais, instituições de ensino e de investigação, empresas públicas e organizações da sociedade civil.

No seu discurso de encerramento, o Diretor-Geral da DG REGIO Marc Lemaitre apresentou a visão da Comissão para o papel central da boa governação e da boa capacidade administrativa, e antecipou algumas das novas iniciativas importantes do quadro recentemente proposto, que visam incentivar os Estados-Membros e as regiões a intensificarem os seus esforços. As iniciativas incluem a utilização simplificada e orientada da assistência técnica, roteiros estratégicos e abrangentes com

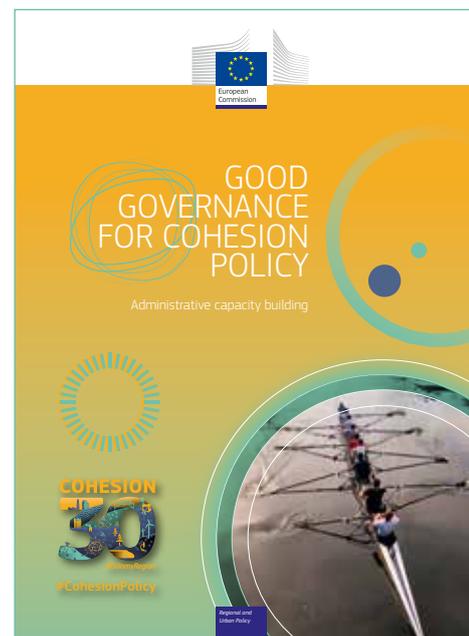


incentivos financeiros ligados aos resultados obtidos, e controlos menos rigorosos para os programas que funcionam bem em termos de gestão e controlo.

Com o intuito de testar e desenvolver soluções para o quadro pós-2020, a Comissão selecionou também cinco programas da política de coesão para participarem numa nova ação-piloto sobre a capacidade administrativa. O programa de infraestrutura de transportes, ambiente e desenvolvimento sustentável na Grécia, o programa regional de Lubelskie na Polónia, o programa regional da Estremadura em Espanha, o programa para a com-

petitividade e a coesão na Croácia e o programa para as regiões em crescimento na Bulgária receberão apoio personalizado da Comissão e da OCDE para melhorarem a gestão dos programas financiados pela UE no novo quadro orçamental.

Apresentamos de seguida uma seleção de três outras iniciativas com exemplos que mostram como a TAIEX-REGIO PEER 2 PEER, os Pactos de Integridade e o quadro de competências da UE estão a contribuir para uma melhor governação e investimentos eficazes no terreno.



Uma brochura que apresenta as principais realizações até à data em termos do reforço das capacidades administrativas e do apoio específico aos Estados-Membros e às regiões está agora disponível em <http://europa.eu/Xh73cf>

APRENDER A PARTILHAR CONHECIMENTOS E BOAS PRÁTICAS

O sistema de intercâmbio de peritos **TAIEX REGIO PEER 2 PEER** proporciona uma plataforma que permite o intercâmbio de experiências sobre a política de coesão entre as administrações dos Estados-Membros da UE. Presta apoio aos funcionários públicos responsáveis pelos investimentos do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e do Fundo de Coesão (FC) na partilha de conhecimentos e de boas práticas com os seus homólogos dos outros Estados-Membros no decurso das missões de peritos, visitas de estudo e *workshops*.

As administrações nacionais ou regionais podem solicitar apoio sobre qualquer tema diretamente relacionado com o FEDER/FC. Os domínios abrangidos pelos referidos intercâmbios incluem desde o desenvolvimento urbano, a gestão de resíduos e a eficiência energética, até temas como a inovação e a prevenção da fraude.

A TAIEX REGIO PEER 2 PEER está aberta às administrações públicas que gerem os fundos do FEDER e do FC, incluindo autoridades de gestão, organismos intermédios, autoridades de auditoria, certificação e coordenação e secretariados conjuntos para os programas de cooperação territorial europeia.

Ainsa no sopé dos Pirenéus espanhóis em Aragão



Uma visão da revitalização rural

Em maio de 2017, um conjunto de delegados das regiões espanholas de Aragão, Castela e Leão e Castela-Mancha, da Euritânia na Grécia e do condado de Lika-Senj na Croácia visitaram a Highlands and Islands Enterprise (HIE) na Escócia, Reino Unido.

O objetivo era analisar as soluções encontradas pela agência de desenvolvimento do governo escocês para reverter o despovoamento e gerar um crescimento económico local sustentável, na região remota das Terras Altas e ilhas. Todas as regiões que participam no intercâmbio enfrentam desafios semelhantes: situam-se em algumas das zonas mais escassamente povoadas da UE e enfrentam o problema do envelhecimento da população, do despovoamento e da estagnação económica.

Em termos gerais, a visita proporcionou aos participantes uma experiência consolidada e ferramentas que podem utilizar para melhorar a sua economia e qualidade de vida nas regiões afetadas por tendências de despovoamento. Estão presentemente a explorar oportunidades para futuras parcerias e elaboraram um relatório intitulado «Successfully Combatting Rural Depopulation through a New Model of Rural Development: The Highlands and Islands Enterprise Experience», com vista a desencadear o debate em toda a UE.



«Através da TAIEX REGIO PEER 2 PEER recebemos informações exaustivas sobre o trabalho diário de uma organização pública responsável pelo desenvolvimento social e económico da região das Terras Altas e ilhas, que já enfrentou anteriormente os desafios relacionados com o despovoamento e a estagnação. Permitiu, sem dúvida, um vasto leque de futuras iniciativas conjuntas entre regiões com desafios demográficos semelhantes.»

Joaquín Palacín Eltoro, Diretor-Geral do Ordenamento do Território, Governo de Aragão



A gastroenterologista Bojana Gostej no seu gabinete de cirurgia no Hospital de Trbovlje durante uma verificação de melhorias na eficiência energética

PACTOS DE INTEGRIDADE

A corrupção tem custos económicos e sociais significativos. Os contratos públicos são frequentemente considerados como um foco de corrupção. Para melhorar a transparência e a eficiência na contratação pública para os projetos financiados pela UE e aumentar a eficácia do investimento da UE no terreno, a Comissão e a Transparency International (Transparência Internacional — TI) estão a promover Pactos de Integridade (PI). A iniciativa, lançada em 2015, ajuda a proteger melhor o dinheiro dos contribuintes da UE e a reforçar a responsabilização e a confiança relativamente às autoridades públicas.

O projeto-piloto «Pactos de Integridade — Mecanismo de controlo civil para salvaguardar os fundos da UE contra a fraude e a corrupção» reúne autoridades públicas, o setor privado e a sociedade civil.

Um PI é um acordo juridicamente vinculativo entre uma autoridade adjudicante, os concorrentes e um monitor independente da sociedade civil que supervisiona a sua execução e garante que todas as partes respeitam os seus compromissos. Visa reforçar a transparência e a responsabilização, aumentar a con-

fiança e a reputação, economizar dinheiro e intensificar a concorrência através da melhoria da contratação pública. Além dos benefícios óbvios, os PI também podem desencadear mudanças institucionais, como a intensificação da digitalização, a simplificação dos pesados procedimentos administrativos, a melhoria do ambiente regulamentar, bem como da governação e dos serviços administrativos.

No total, foram selecionados 17 projetos cofinanciados pela UE para levar a cabo os Pactos de Integridade em onze Estados-Membros da UE. Abrangem uma vasta gama de setores, desde a investigação e a inovação até ao ambiente e à cultura, e desde os transportes e o desenvolvimento territorial até ao reforço institucional e aos cuidados de saúde. Além disso, a TI e as organizações parceiras da sociedade civil facultam formação em matéria de combate à corrupção, transparência e reforço das capacidades aos intervenientes dos PI. ➤

Manter a renovação hospitalar no rumo certo

A corrupção na contratação pública é um problema muito grave. A Eslovénia já foi sujeita a escrutínio, particularmente em domínios como as infraestruturas e a saúde, com hospitais que foram mal construídos e dotados de equipamentos cujos custos excederam o que seria oportuno.

Um dos primeiros PI celebrados está a encarar de frente este problema, fornecendo uma visão geral da introdução de medidas de eficiência energética no Hospital Geral de Trbovlje, situado perto de Liubliana, a capital da Eslovénia.

O Ministério da Saúde da Eslovénia está a trabalhar em parceria com a TI Eslovénia para garantir que todas as

partes que participam em concursos públicos se concentrem nas suas responsabilidades sociais para proporcionar um hospital seguro e de boa qualidade para os trabalhadores e os pacientes. A TI Eslovénia está a sensibilizar a população para a PI, bem como a desenvolver procedimentos para garantir condições de denúncia seguras para os delatores, ao passo que os adjudicatários devem aderir ao etos do PI, demonstrando práticas comerciais honestas.

O PI é um processo de aprendizagem contínua: a autoridade adjudicante está a melhorar a sua capacidade de executar procedimentos complexos, ao passo que a TI Eslovénia está a reforçar a sua capacidade de acompanhamento da contratação pública e sua capacidade de identificação de riscos e irregularidades.



«O nosso Pacto de Integridade procura aumentar a transparência do procedimento de

adjudicação e envolver as comunidades afetadas nas atividades de acompanhamento.

Se conseguirmos alcançar estes dois objetivos, melhoraremos sem dúvida os níveis de confiança do público na Eslovénia, que figuram entre os mais baixos da UE.

Isto pode ter um efeito positivo nos processos participativos e democráticos e nas instituições em geral. Não saber o suficiente sobre

a contratação pública também alimenta a desconfiança — mas estamos a tentar superar esta lacuna através da utilização do Pacto de Integridade.»

Sebastijan Peterka, coordenador do projeto e investigador,
Transparency International Eslovénia

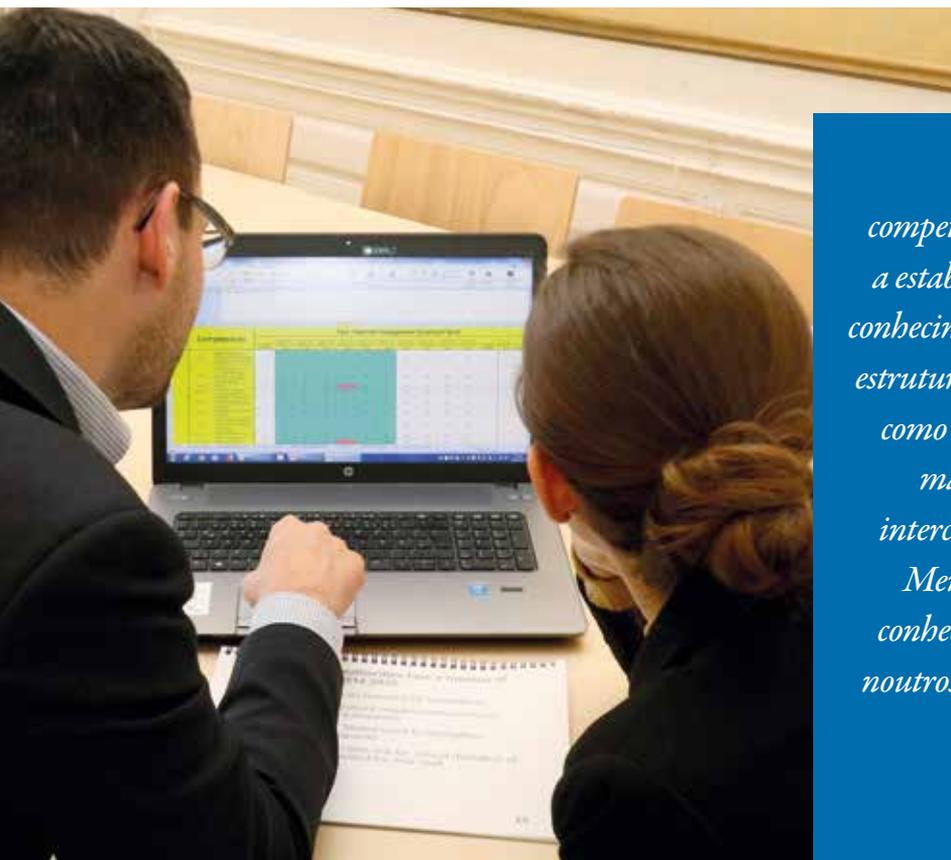
QUADRO PARA UM MELHOR DESEMPENHO

Os organismos envolvidos na gestão do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo de Coesão podem agora recorrer a um recurso de livre utilização para ajudá-los a melhorar o desempenho do pessoal.

O quadro de competências da UE pode ser utilizado para identificar as competências e os conhecimentos de que os trabalhadores necessitam para gerir com sucesso os fundos da UE. Está disponível para utilização pelos organismos nacionais de coordenação, autoridades de gestão, de certificação e de auditoria, secretariados conjuntos e organismos intermediários. Uma ferramenta complementar de autoavaliação em linha permite que os trabalhadores avaliem os seus níveis de proficiência e os comparem com os objetivos de avaliação e de desenvolvimento dos seus supervisores, estabelecidos no quadro. As administrações também podem compilar as autoavaliações para medir o seu desempenho geral e identificar domínios suscetíveis de melhoria.

Os resultados das autoavaliações são usados como base para a definição de um plano de aprendizagem e desenvolvimento destinado a ajudar os trabalhadores e a instituição a colmatar as lacunas ao nível das competências. Os planos podem incluir formação em sala e no posto de trabalho, seminários e apresentações de boas práticas para o pessoal, e o recrutamento de novos talentos ou a externalização para aumentar a eficiência.

A utilização do quadro de competências da UE é voluntária e a Comissão não vê os dados nem mede os resultados. O seu sítio Web disponibiliza atualmente informações em inglês, estando prevista para breve a inclusão de outras línguas. As administrações podem contactar a DG REGIO para aceder à ferramenta.



«O quadro de competências ajudou-nos a estabelecer um nível de conhecimentos adequado através de um diálogo estruturado entre gestores e trabalhadores, bem como a identificar necessidades específicas em matéria de formação. Como sempre, num intercâmbio com parceiros de outros Estados-Membros, houve oportunidade para tomar conhecimento de práticas de gestão utilizadas noutros países, para compará-las com as nossas e beneficiar da sua experiência.»

Markus Seidl, diretor executivo,
Secretariado-ÖROK, Áustria

Desencadear a mudança na autoridade de gestão austríaca

O Secretariado da Conferência Austríaca para o Ordenamento do Território (ÖROK) é a autoridade de gestão do «Programa Operacional: Investimentos no Crescimento e no Emprego na Áustria 2014-2020». Utilizou o quadro de competências da UE num projeto-piloto que conta com a participação de autoridades de gestão da Bulgária, Estónia, Grécia, Hungria, Polónia e Roménia.

O quadro de competências ajudou o ÖROK a avaliar as competências existentes, a identificar necessidades de formação para o futuro e a sensibilizar para a importância da realização de uma análise estruturada dos requisitos em matéria de qualificações.

O ÖROK verificou que os resultados da ferramenta de autoavaliação são particularmente úteis para a definição dos perfis individuais do pessoal. Debates aprofundados sobre as competências, realizados entre trabalhadores e supervisores, levaram a um entendimento comum sobre as qualificações de cada trabalhador relativamente às respetivas funções. A identificação conjunta de lacunas no domínio da

formação permite que as opções de aprendizagem sejam mais estritamente adaptadas às necessidades e responsabilidades individuais. Um relatório final apresentou cursos de formação para o pessoal, bem como informações pormenorizadas sobre as redes que promovem o saber-fazer sobre a execução dos fundos da UE.

As informações em rede confirmaram a estratégia da autoridade de gestão para melhorar o seu conhecimento empresarial do financiamento da UE — aderiu, desde então, à IQ-Net, que reúne parceiros europeus regionais para melhorar a gestão dos programas dos fundos estruturais. ■

SAIBA MAIS

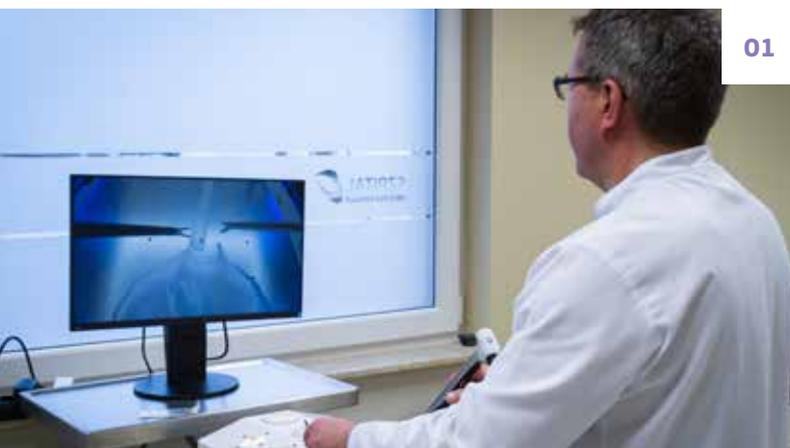
<http://europa.eu/!xX67bV>

SOB O OLHAR FOTOGRÁFICO NA POLÓNIA

A Polónia está atualmente a investir uma grande parte do seu financiamento da UE para 2014-2020 na promoção da inovação através de projetos que beneficiam dos empresários ambiciosos, dos investigadores criativos e das instalações de I&D avançadas do país. Os projetos aqui mostrados estão incluídos no álbum «Inovações da Polónia: rumo ao futuro», e foram selecionados para inspirar ideias novas e inovadoras em toda a UE.



04



01



05



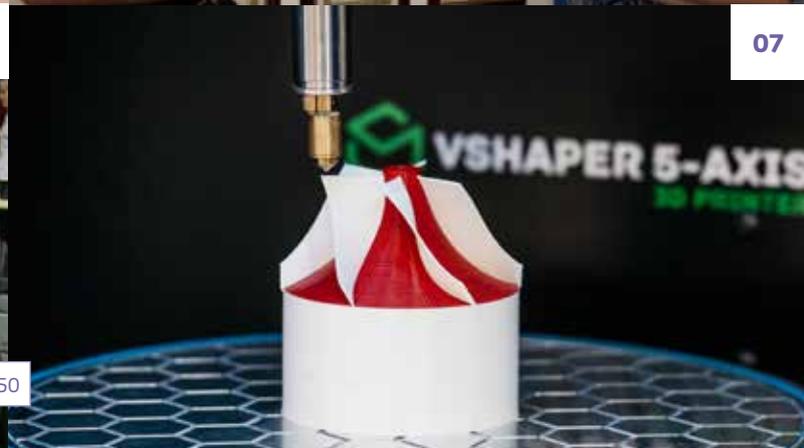
02



06

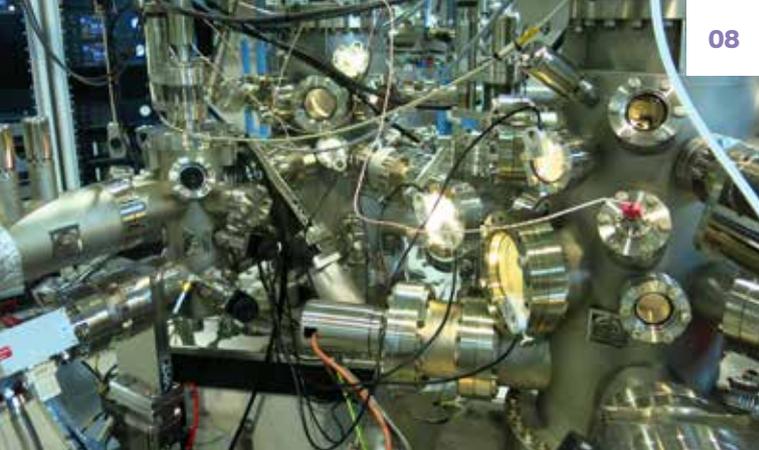


03



07

08



01 Médicos e investigadores da Universidade de Kazimierz Wielki, em Bydgoszcz, estão a aperfeiçoar órgãos artificiais.

02 Uma prótese de mão inovadora, desenvolvida por uma empresa sediada em Wrocław, é mais barata e mais fácil de reparar do que os modelos convencionais.

03 Num projeto conduzido pela Universidade de Ciências da Vida de Poznań, um simulador de idade ajuda no design de mobiliário seguro e confortável para pessoas idosas.

04 As células solares de perovskita, impressas num substrato elástico, são mais leves, têm menores custos de produção e podem ser utilizadas numa grande variedade de aplicações.

05 A Airly, em Cracóvia, utiliza sensores para medir e prever com precisão a qualidade do ar e recolher dados para serem publicados em linha.

06 Tintas inteligentes, produzidas por uma empresa sediada em Opole, oferecem proteção contra fungos e bolores em prédios, espaços de armazenagem de alimentos e estações de tratamento de águas residuais, entre muitas outras aplicações.

07 Um fabricante em Rokietnica produziu esta impressora 5D exclusiva, capaz de desenvolver componentes tecnologicamente complexos.

08 O projeto Baltic TRAM presta serviços a curto prazo a empresas em toda a região do mar Báltico para ajudá-las a melhorar os produtos existentes e a promover novos produtos.

09 Sistemas específicos a laser concebidos por uma empresa sediada em Wielkopolska fornecem luzes, fontes de água e fogo em cenários artísticos para festivais ou eventos.

10 A robusta válvula hidráulica permite o controlo de alta precisão do fluxo hidráulico para aumentar a segurança nos sistemas de controlo de aeronaves.

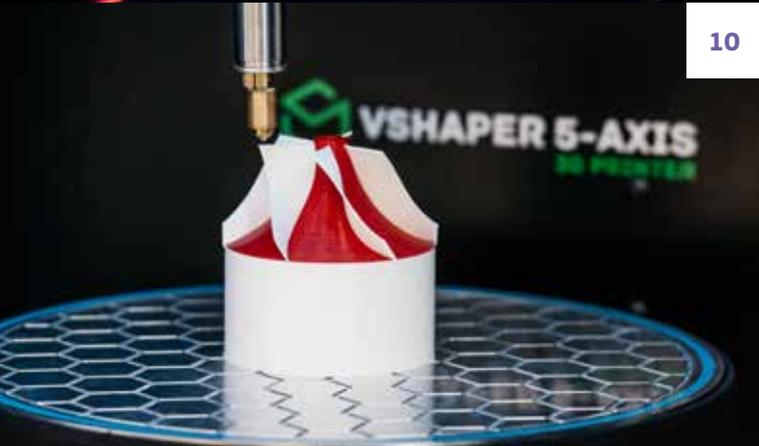
11 Desenvolvida em Varsóvia, a Triggo combina as melhores características de um motociclo e de um automóvel num microcarro elétrico de dois lugares, leve, ágil e económico.

12 Em Cracóvia, engenheiros utilizam dados de sensores e comunicação sem fios para desenvolver sistemas de segurança ativa e de assistência ao condutor e de condução automatizada.

09



10



11



12



SAIBA MAIS

<https://bit.ly/2lvEHHH>

PATRIMÓNIO CULTURAL

Trazer os valores do passado para o futuro

A cultura, com raízes bem ancoradas no rico património e história da Europa, desempenha um papel fundamental na promoção e facilitação da inovação, do empreendedorismo, do turismo e da inclusão social em toda a Europa. Numa altura em que a UE celebra o Ano Europeu do Património Cultural 2018, a *Panorama* selecionou vários projetos de diferentes Estados-Membros para ilustrar a forma como o investimento da UE está a revitalizar o passado para o futuro.

SCHWABENKINDER ASSOCIA MUSEUS AUSTRIACOS, ALEMÃES E SUÍÇOS

- Investimento total: 1 679 430 EUR
- Investimento da UE: 1 007 658 EUR



Um projeto de cooperação territorial está a revitalizar a história transfronteiriça através da reconstituição dos percursos das crianças trabalhadoras migrantes entre os séculos XVII e XIX. Um sítio Web, uma base de dados e um programa educativo são os principais resultados dos investigadores, enquanto as novas exposições e o guia de caminhadas que as acompanha estão a tornar-se também em polos de atração turística.

<http://europa.eu/!Wr33Kp>

APROFUNDAR A HISTÓRIA BELGA EM BOIS DU CAZIER

Este antigo centro de extração de carvão testemunhou um dos eventos mais trágicos da história industrial da Bélgica, quando várias centenas de mineiros perderam a vida num incêndio devastador. Em memória daqueles que pereceram, a Região da Valónia restaurou a mina e desenvolveu a área circundante para construir um museu, oficinas «vivas», uma ponte pedonal suspensa e um observatório de paisagens, num espaço que se tornou um ponto turístico atrativo.

<http://europa.eu/!Pj78Jd>



- Investimento total: 15 798 800 EUR
- Investimento da UE: 7 899 400 EUR

REVELAR OS SEGREDOS DA FORTALEZA DE PERISTERA NA BULGÁRIA

- Investimento total: 1 524 003 EUR
- Investimento da UE: 179 295 EUR



As escavações feitas por arqueólogos permitiram a reconstituição do funcionamento interno desta antiga fortificação militar e templo cristão para criar um local de interesse histórico quer para a população local, quer para os turistas. Além de proporcionar acesso a sítios arqueológicos antigos ao longo da estrada da parte ocidental dos Montes Ródope, o projeto renovou a fortaleza, transformando-a num parque cultural e museu ao ar livre onde estão expostos os artefactos encontrados nas escavações.

<http://europa.eu/uH99yP>

RENOVAÇÃO COMPLEXA VENCE O PRÉMIO DO PATRIMÓNIO CULTURAL EUROPEU

Em 2017, o projeto Kuks-Pomegranate venceu o prémio do património cultural europeu da UE, o Prémio Europa Nostra, pelo trabalho de renovação efetuado no complexo barroco e jardins na região de Hradec Králové. Construído no início do século XVIII, o complexo que inclui uma residência, um hospital e uma farmácia com uma história notável é agora um centro educativo dedicado aos seus aspetos históricos, culturais e artísticos fascinantes.

<http://www.europeanheritageawards.eu/winners/baroque-complex-gardens-kuks/>



- Investimento total: 18 000 000 EUR
- Investimento da UE: 14 200 000 EUR

REPARAÇÕES ATEMPADAS PARA O HOROLOGION DE ANDRONIKOS EM ATENAS

- Investimento total: 772 481 EUR
- Investimento da UE: 772 481 EUR



Também conhecido como a «Torre dos Ventos», o monumento de mármore está situado na encosta norte da Acrópole, e remonta a finais do século II a.C. A partir de 2014-2015, foi levado a cabo um amplo trabalho de conservação com base numa investigação abrangente, que recorreu aos estudos e métodos de investigação mais recentes. O monumento e as suas obras de arte foram reforçados, limpos e restaurados e foram colocadas rampas e um passeio em redor do sítio arqueológico para melhorar o acesso a visitantes portadores de deficiência. ➤

<https://www.culture.gr/el/Information/SitePages/view.aspx?nID=1664>

RECRIAR A CULTURA DA REGIÃO CENTRO DO BÁLTICO

O projeto Mid-Baltic Crafts tem como objetivo preservar as ricas tradições artesanais ao longo da fronteira entre a Letónia e a Lituânia, apoiar o empreendedorismo e atrair turistas. Uma rede de 10 centros de artesanato, cada um com uma especialização diferente, proporcionaram aos artesãos locais para trabalhar, ensinar, aprender, partilhar experiências e organizar *workshops* e exposições. Os visitantes dos locais podem observar os artesãos em atividade, experimentar algumas das práticas artesanais e comprar os produtos.

<http://europa.eu/!yf67tn>



■ Investimento total: 1 574 102 EUR
■ Investimento da UE: 1 337 986 EUR

DE OLHOS POSTOS NA CULTURA CINEMATOGRÁFICA NEERLANDESA



■ Investimento total: 3 872 950 EUR
■ Investimento da UE: 1 471 721 EUR

Na inaugurado em 2012, o EYE Film Institute, situado na zona portuária de Amesterdão, possui agora 1 300 m² de espaço de exposição, quatro auditórios de cinema modernos, um parque infantil digital, um espaço para *workshops*, uma loja museu, um bar e restaurante e espaços de trabalho. O edifício de vanguarda atrai 700 000 visitantes por ano para os modernos espaços de exibição e exposição.

<http://europa.eu/!Yh97Mn>

PORTUGAL CONGRATULA-SE COM UM PROGRAMA DE REGENERAÇÃO URBANA PREMIADO

Um programa de regeneração urbana inovador e integrado inverteu o declínio arquitetónico, cultural e social na cidade portuguesa de Vila do Conde. Uma das principais prioridades foi o reforço do património cultural, integrando e restaurando edifícios importantes no centro histórico — os «Polos Âncora de Identidades» — bem como a sua utilização em atividades relacionadas sobretudo com a cultura e a criatividade, com a participação de intervenientes regionais e locais fundamentais.

<http://europa.eu/!Vw67wR>



■ Investimento total: 18 289 329 EUR
■ Investimento da UE:
8 874 716 EUR — RegioStars 2012

CRESCER JUNTOS ATRAVÉS DAS TRADIÇÕES RURAIS NA FRONTEIRA ENTRE A REPÚBLICA CHECA E A REPÚBLICA ESLOVACA



■ Investimento total: 2 552 000 EUR
■ Investimento da UE: 2 169 200 EUR

A preservação das tradições folclóricas, das festividades rurais e dos eventos culturais incentivou uma maior circulação e parcerias entre as comunidades checa e eslovaca. Concentrado nas práticas agrícolas tradicionais e na preparação e amostragem de produtos locais, o projeto ajudou a ligar as comunidades locais aos modos de vida tradicionais da região. Além disso, ao promover a riqueza cultural da zona, a iniciativa atraiu mais turistas e impulsionou a economia local.

<http://europa.eu/!Vq99NW>

RESTAURAR O PATRIMÓNIO ESPIRITUAL DO MOSTEIRO DE DRAGOMIRNA NA ROMÉNIA



- Investimento total: 4 631 449 EUR
- Investimento da UE: 4 004 569 EUR

Embora o Mosteiro de Dragomirna, localizado no nordeste da Roménia, tenha sido objeto de várias obras de requalificação, as pinturas e os frescos permaneceram intactos. Entre 2010 e 2012, a situação mudou quando este projeto restaurou de forma artística as obras usando técnicas altamente sofisticadas e materiais tradicionais. Os edifícios também foram modernizados através de trabalhos de aumento da eficiência energética e da modernização do sistema elétrico, da infraestrutura de abastecimento de água e das instalações de iluminação, bem como de restauro do telhado e dos artigos de madeira.

<http://europa.eu/!kf49bp>

RECEITA PARA O SUCESSO EM ESCOLAS ITALIANAS E ESLOVENAS

Os produtos locais servidos em receitas tradicionais ocuparam o lugar de destaque no menu dos alunos de nove escolas do primeiro ciclo ao longo da fronteira entre a Itália e a Eslovénia. O projeto de alimentação saudável P.E.S.C.A utilizou atividades educativas para promover os alimentos locais e tradicionais nas cantinas escolares. Ao proceder ao intercâmbio das melhores práticas e aumentar a sensibilização para os produtos e pratos locais, este bem-sucedido projeto será agora prosseguido por uma rede de 12 entidades locais na região transfronteiriça.

<http://europa.eu/!Ry96CB>



- Investimento total: 903 028 EUR
- Investimento da UE: 767 574 EUR

UM NOVO FÔLEGO PARA O TURISMO RURAL E CULTURAL EM CHIPRE

- Investimento total: 5 403 691 EUR
- Investimento da UE: 2 701 845 EUR



A revitalização de Kalopanayiotis, que domina o vale de Marathassa, situado nas montanhas de Troodos, Chipre, conferiu um impulso social e económico à comunidade rural e à sua população idosa. A reparação das estruturas tradicionais da aldeia, antigos caminhos de pedra e fachadas antigas, juntamente com a conversão da Residência Lavrentios num centro cultural e de eventos, promoveu o turismo rural na zona para benefício dos visitantes e da população local.

http://ec.europa.eu/regional_policy/en/projects/cyprus/old-stones-and-new-life-in-kalopanayiotis

COHESIFY: dar voz às regiões

A política de coesão tem um impacto sobre a forma como os cidadãos percebem e se identificam com a UE? Além disso, em que medida a política que é comunicada ao público em geral é eficaz? Estas e outras questões conexas constituíram a base do projeto de investigação COHESIFY, com a duração de dois anos, cujos resultados finais foram apresentadas a decisores políticos, outros intervenientes na política de coesão e académicos, a 26 de abril de 2018.

A última década registou um declínio acentuado — e apenas uma recuperação lenta — no número de pessoas que têm uma imagem positiva da União Europeia e que confiam nas suas instituições. Os partidos populistas e anti-UE estão em ascensão e o Reino Unido votou a favor da saída da UE. A questão é saber que diferença fazem as políticas da UE, em particular a política de coesão, que representa atualmente um terço do orçamento da UE e é executada tanto a nível local como regional. As pessoas consideram que os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento têm um impacto importante na sua vida quotidiana?

Esta questão foi um ponto de partida para o projeto COHESIFY, que analisou a forma como a política de coesão é vista pelos cidadãos em geral. O projeto reuniu uma equipa de investigação pluridisciplinar — liderada pelo Centro de Investigação sobre Políticas Europeias (Universidade de Strathclyde, Glasgow) — que incluiu oito universidades e duas PME. A equipa aplicou uma abordagem metodológica inovadora, combinando estudos de caso em 17 regiões-piloto de 12 Estados-Membros, entrevistas e inquéritos às partes interessadas, um inquérito em grande escala realizado por telefone a 8 500 cidadãos, uma análise transnacional de mais de 8 000 artigos de imprensa e mais de 110 mil publicações nas redes sociais, bem como 47 grupos de reflexão, incluindo 240 cidadãos.

De acordo com o diretor do projeto COHESIFY, o professor John Bachtler da Universidade de Strathclyde, a principal conclusão é a seguinte: «As despesas e a comunicação da política de coesão marcam uma diferença real na ideia que os cidadãos fazem da UE e da integração europeia e no seu nível de identificação com a UE. Se os decisores políticos da UE quiserem promover a identificação regional e local com a UE, a política de coesão é claramente um instrumento eficaz — mas apenas se for devidamente comunicado.»





O que pensam os cidadãos da UE?

O projeto encontrou provas claras de que a política de coesão tem impacto na ideia que os cidadãos fazem da UE e da identidade europeia. «Os debates no âmbito dos grupos de reflexão demonstraram que os cidadãos da UE têm um conhecimento implícito e sumário da política de coesão. Os cidadãos reconhecem a importância da política para a correção das assimetrias regionais e a melhoria da qualidade de vida, mas consideram não estar suficientemente informados. Querem que a sua voz tenha mais peso na forma como os fundos são atribuídos ou geridos na sua zona», explicou a Dr.ª Andreja Pegan do Trinity College de Dublin durante o evento final no Comité das Regiões Europeu em Bruxelas.

Embora a política de coesão não tenha, frequentemente, impacto direto na identidade europeia dos cidadãos da UE, muitos apoiaram os princípios da política (especialmente no que toca à redução das diferenças a nível de desenvolvimento económico). Existem também provas consideráveis de uma perceção positiva do impacto da política de coesão no desenvolvimento de uma região ou cidade dos cidadãos.

Os resultados do inquérito efetuado a 8500 cidadãos confirmam estes resultados, de acordo com o gestor do projeto COHESIFY, Dr. Carlos Mendez, da Universidade de Strathclyde. «Os cidadãos têm conhecimento dos projetos financiados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e pelo Fundo de Coesão, e a perceção dos benefícios para a vida quotidiana dos cidadãos e para

o desenvolvimento da região contribuem significativamente para a forma como estes se identificam com a UE.»

O projeto também concluiu que a perceção da UE e, especificamente, da política de coesão é influenciada pela dimensão do financiamento, bem como pelo seu desempenho e boa gestão.

Comunicação da política de coesão

Os resultados do COHESIFY demonstram a importância de as despesas da UE serem diferenciadas a nível regional e local — e de serem vistas pelos cidadãos como viáveis na resposta às necessidades e aos desafios ligados ao desenvolvimento que são verdadeiramente importantes para eles. Atualmente, os cidadãos consideram que não estão suficientemente informados sobre a política de coesão, e os intervenientes políticos reconhecem que não foi atribuída a devida prioridade à comunicação. As estratégias de comunicação devem conferir maior prioridade à informação dos cidadãos sobre os projetos da política de coesão, para que estes possam reconhecer a contribuição da UE para o desenvolvimento da sua região.

Surpreendentemente, os investigadores constataram que os meios de comunicação tradicionais (em particular a televisão) e os painéis publicitários estão entre as ferramentas de comunicação mais eficazes. As redes sociais desempenham um papel menos relevante do que o esperado. ➤



Como é apresentada a política de coesão nos meios de comunicação social?

Outra parte do estudo abordou a forma como a política de coesão é apresentada nos meios de comunicação social. Foram analisados mais de 110 000 artigos de imprensa, bem como publicações e comentários nas redes sociais. A Dr.^a Vasiliki Triga, da Universidade de Tecnologia de Chipre, explicou: «Efetivamente, a imagem da política de coesão é, de um modo geral, positiva, uma vez que os dois quadros dominantes descrevem os efeitos económicos positivos da política de coesão para os Estados-Membros, bem como o impacto dominante na qualidade de vida dos cidadãos.»

A análise também constatou diferenças a nível territorial. Os meios de comunicação regionais apresentam uma imagem mais positiva da política de coesão, em particular em termos de consequências económicas, enquanto os meios de comunicação nacionais tendem a concentrar-se mais em imagens negativas, que criticam a forma como a política de coesão é executada.

COHESIFY

Duração: De fevereiro de 2016 a maio de 2018

Principal parceiro: Universidade de Strathclyde, Centro de Investigação sobre Políticas Europeias

Parceiros: Universidade da Europa Central (HU); Universidade de Tecnologia de Chipre; Universidade de Tecnologia de Delft (NL); Velho Continente (BE); Universidade Politécnica de Milão (IT); Regio+ (ES); Trinity College de Dublin (IE); Universidade de Mannheim (DE); Universidade de Varsóvia (PL)

Programa: Programa de investigação e inovação Horizonte 2020

Financiamento: 2,4 milhões de euros

Política de coesão pós-2020

As recomendações e os resultados fundamentais do projeto COHESIFY foram transmitidos aos decisores políticos da UE por forma a serem tidos em conta no debate sobre o quadro financeiro plurianual para 2021-27 e o pacote legislativo relativo à política de coesão. A investigação demonstra que a política de coesão é eficaz na promoção de perceções positivas e da identificação com a UE, mas é necessário acentuar a descentralização, em vez da centralização na gestão das despesas da UE.

Uma das propostas essenciais do COHESIFY é a introdução na programação e comunicação dos fundos da UE de uma abordagem mais participativa e centrada nos cidadãos, que permitiria transformar de forma radical a participação e a apreciação dos cidadãos relativamente à política de coesão e à UE. ■

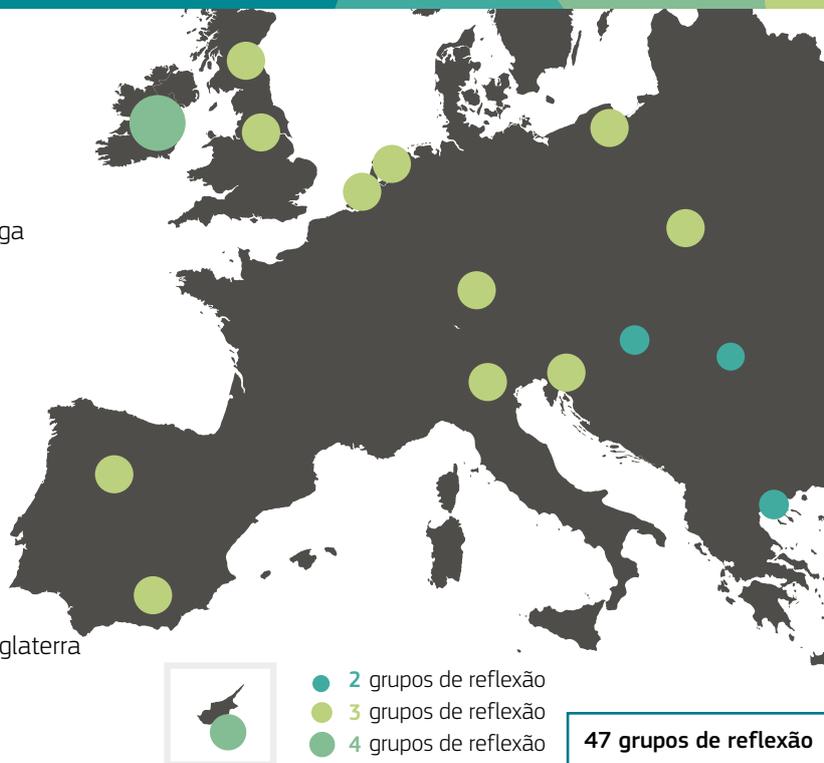
SAIBA MAIS

www.cohesify.eu

PERGUNTAS SOBRE O CONHECIMENTO DOS CIDADÃOS ACERCA DA POLÍTICA DE COESÃO, O SEU IMPACTO E A CONTRIBUIÇÃO PARA A IDENTIDADE EUROPEIA

ONDE REALIZÁMOS AS ENTREVISTAS?

- Chipre** — Chipre
- Alemanha** — Bade-Vurtemberg
- Grécia** — Macedónia Central
- Hungria** — Nyugat-Dunantu
- Irlanda** — Sul e oriental
- Itália** — Lombardia
- Polónia** — Podkarpackie
- Polónia** — Pomerânia
- Roménia** — Ocidental
- Eslovénia** — Ocidental
- Espanha** — Andaluzia
- Espanha** — Castela e Leão
- Países Baixos** — Flevoland
- Países Baixos** — Limburg
- Reino Unido** — Nordeste da Inglaterra
- Reino Unido** — Escócia



QUEM ENTREVISTÁMOS?

240 PARTICIPANTES



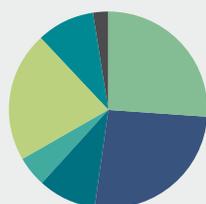
110 MULHERES



IDADE



COMO RECRUTÁMOS?



- Em bola de neve
- Inquérito COHESIFY aos cidadãos
- Redes sociais
- Recrutador externo
- No local
- Rede social da equipa de investigação
- Anúncios em quadros informativos ou jornais



PROJETOS

NOVAS DEFESAS CONTRA INUNDAÇÕES MANTÊM VICENZA SEGURA

INVESTIMENTO TOTAL
41 000 000 EUR

CONTRIBUIÇÃO DA UE
4 470 762 EUR

Foi concretizado um importante sistema de defesa contra inundações na região de Veneto, no nordeste da Itália, com a ajuda de financiamento do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. As obras efetuadas, que foram promovidas após as inundações catastróficas que atingiram a região em 2010, vão proteger a cidade de Vicenza e áreas circundantes.

O projeto centrou-se na construção de uma bacia de expansão com capacidade para 3 800 000 m³ de água adjacente ao rio Timonchio, em Caldogno. No passado, quando o sistema fluvial local atingia o nível máximo do caudal, expunha Vicenza, perto de Pádua, e os habitantes do vale do rio ao risco de inundações violentas.

A bacia retém temporariamente o excesso de água até que a capacidade do rio volte ao estado normal. Uma vez regularizado o nível, um sistema de descarga permite que o reservatório seja esvaziado devolvendo as águas da enchente ao Timonchio. Cerca de 85% do volume total da enchente pode ser esvaziado em 12 horas e 100% em 24 horas.

A bacia de retenção de águas no Timonchio é o elemento central de uma série de intervenções destinadas a proteger a região e que, por si só, reduzirão em 75% a frequência da ocorrência de inundações em Vicenza.

Remar a favor da maré

A bacia de expansão foi construída através da divisão do volume de cheia em duas áreas, o que permitiu que a altura das margens do rio fosse limitada. A extensão total dos bancos ribeirinhos da bacia e que dividem as duas áreas de recolha é de 5,2 km, enquanto a bacia abrange, no total, cerca de 110 hectares.

Os trabalhos incluíram a construção de comportas de correção e de condutas para unir os dois reservatórios e transportar a água do Timonchio para a bacia a montante. Foram instalados dois vertedouros de emergência, um para ligar as águas excedentes da bacia a montante de modo a encaminhá-las para jusante, e o outro para fazer a ligação da bacia a jusante até ao rio. Além disso, foram efetuados vários trabalhos de terraplanagem para nivelar o fluxo da bacia e reforçar o leito do rio e as suas margens.

Com base nos resultados de um estudo realizado pela Universidade de Pádua, Itália, os trabalhos efetuados no fundo do reservatório incluíram também a construção de uma faixa não permeável de 200 metros de largura atrás das margens do reservatório a sul e a leste para limitar a escorrência das águas de enchente para o lençol freático. Além disso, dado que um dos objetivos do projeto era permitir que certas partes da bacia pudessem ser cultivadas quando não houvesse inundações, a parte inferior do reservatório foi reabilitada, tendo sido recuperada uma camada superficial de solo de 50 cm.

Além da bacia da Torrente Timonchio, os trabalhos efetuados no principal curso local do rio e nos seus afluentes incluíram a construção de dois sistemas de contenção de enchentes na cidade de Malo. Este projeto de defesa contra inundações foi concluído em 2016 e faz parte de um conjunto mais amplo de medidas de atenuação de inundações em toda a região de Veneto, incluindo a construção de outras dez bacias de expansão. ■

SAIBA MAIS

<http://www.regione.veneto.it/>

PROJETOS

MELHORES CONEXÕES FRANCESAS GRAÇAS À REVOLUÇÃO DIGITAL

**INVESTIMENTO TOTAL
30 MILHÕES DE EUROS**

**CONTRIBUIÇÃO DA UE
8,3 MILHÕES DE EUROS**

Em 2013, o lançamento do programa OISE THD em França fez avançar a região para o nível seguinte no domínio das telecomunicações de alta velocidade, abrindo caminho para o fornecimento de cobertura de altíssima velocidade a habitações através de cabos de fibra ótica.

Como parte do Plano Juncker para o crescimento e o emprego, a Agenda Digital da UE reconhece que a Europa precisa de acesso à Internet rápido e ultrarrápido, amplamente disponível e a preços competitivos. A França comprometeu-se a cobrir todo o seu território com banda larga de alta velocidade até 2023, concentrando-se na tecnologia FTTH. O objetivo da tecnologia «fibre to the home» (fibra ótica até casa) é melhorar os serviços digitais para os consumidores, instalando redes de fibra ótica de última geração.

A região francesa de Oise, situada a norte de Paris, em Hauts-de-France, foi um dos primeiros departamentos franceses a oferecer um serviço universal através do Programa de Banda Larga TelOise (2004-2012). No entanto, a explosão de redes sociais, a televisão de ultra-alta definição, os vídeos a pedido, os jogos em rede, o comércio eletrónico e o intercâmbio de dados empresariais acentuaram a necessidade premente de velocidades ainda mais rápidas e de conexões de rede eficientes.

Seis anos antes do previsto

As fibras óticas permitem uma conexão única, sem limitação, capaz de responder cabalmente às necessidades e serviços atuais, bem como aos que estão previstos para o futuro. A rede FTTH baseia-se numa nova linha de assinante totalmente constituída por fibra ótica e que substitui a linha de assinante telefónica de cobre.

Inicialmente, a conclusão do Oise Ultra-High-Speed, que faz parte integrante da estratégia territorial para o desenvolvimento digital, estava programada para 2023. No entanto, após quatro períodos sucessivos de atividade acelerada, a implantação da fibra ótica ficará concluída até 2019.

Com base na infraestrutura de telecomunicações existente, mais dez mil quilómetros de cabos de fibra ótica serão instalados em troços aéreos e subterrâneos. Em última análise, este trabalho implicará a implementação de 300 000 conexões — para indivíduos, comunidades ou empresas — a um custo estimado de 30 milhões de euros.

Ao contrário de outras opções, a tecnologia de fibra ótica garante uma velocidade idêntica para todos os assinantes, independentemente da sua localização geográfica. Oferece velocidades muito altas de 100 Mbps (megabits por segundo) ou mais, o que representa uma eficiência 200 vezes superior à da tecnologia ADSL e 4G. Com problemas que ainda persistem sobre a cobertura e as tarifas, a tecnologia 4G ainda tem um longo caminho a percorrer nas zonas rurais de França.

Desde 2014, foram instaladas mais de 176 324 fichas para telefone (conectores) em Oise. O conjunto dos 631 municípios da região, à exceção de três, aderiram à Oise Ultra-High-Speed Joint Association, que conta com a infraestrutura existente no país, incluindo a France Télécom, o FEDER e a TelOise.

Espera-se que, optando pela fibra ótica de altíssima velocidade como norma digital do futuro, o departamento de Oise esteja mais bem equipado para enfrentar os desafios em matéria de competitividade e de atratividade e possa beneficiar plenamente da sua resposta proativa à revolução digital. ■

SAIBA MAIS

<https://oise-thd.fr/le-programme-thd/le-projet/>

RESIDÊNCIA DE ACOLHIMENTO PARA JOVENS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA NA BULGÁRIA

INVESTIMENTO TOTAL
1 289 800 EUR

CONTRIBUIÇÃO DA UE
1 039 000 EUR

Um complexo residencial de vanguarda no município de Vratsa proporcionou um ambiente de vida seguro para crianças e adolescentes portadores de deficiência mental e física. As instalações inovadoras foram concebidas para dar resposta às suas necessidades diárias e para se assemelharem a um ambiente familiar.

O objetivo do projeto Complexo Inovador de Alternativas Residenciais (CSIAR) foi promover uma melhor integração social dos jovens portadores de deficiência mental ou física. Integrado no quadro estratégico global da Bulgária para a infância e na estratégia municipal de serviços sociais de Vratsa, o projeto foi estreitamente alinhado pelos objetivos fundamentais da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança.

Graças a um investimento significativo do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o projeto CSIAR construiu três centros de acolhimento de tipo familiar e um lar seguro na região noroeste da Bulgária. Os centros têm capacidade para acolher até 50 residentes, proporcionando-lhes abrigo e cuidados num ambiente familiar destinado a ajudar a combater a estigmatização que estes jovens enfrentam frequentemente.

Uma vez que o complexo está localizado numa das zonas mais densamente povoadas de Vratsa, os projetistas zelaram cuidadosamente para garantir que todos os aspetos do alojamento, incluindo o design dos edifícios, o paisagismo e as instalações, fossem adequadamente adaptados de modo a incentivar a inclusão social dos residentes e sua participação na vida comunitária.

Cuidados e atenção

O ambiente acolhedor e harmonioso resultante também ajudou a facilitar o acesso dos jovens residentes à educação, à saúde e aos serviços sociais, todos eles especializados e adaptáveis às suas necessidades individuais.

Segundo Rozalina Georgieva, líder do projeto: «Os centros de acolhimento do tipo familiar e a casa abrigo assinalam uma mudança radical nos serviços sociais destinados às crianças e adolescentes portadores de deficiência mental ou física. Estes dois serviços residenciais constituem uma expressão de empatia e respeito pela dignidade do indivíduo, independentemente da sua origem étnica, sexo, deficiência, idade ou estatuto social.»

O CSIAR também concretizou os objetivos da estratégia Europa 2020 para o emprego. O projeto criou 39 novos empregos permanentes numa das regiões mais subdesenvolvidas da Europa, o que, por sua vez, ajudou a impulsionar o desenvolvimento da região. No futuro, espera-se que o apoio financeiro ao complexo residencial seja garantido pelo Estado búlgaro ou por financiamento municipal. ■

AGENDA

8-11 DE OUTUBRO

Bruxelas (BE)

Semana Europeia das Regiões e dos Municípios

18-19 DE OUTUBRO

Sófia (BG)

Sétimo Fórum anual da EUSDR

20-21 DE NOVEMBRO

Innsbruck (AT)

Segundo Fórum anual da EUSALP

Poderá encontrar mais informações sobre estes eventos na secção Agenda do sítio Web Info regio:
http://ec.europa.eu/regional_policy/pt/newsroom/events/

INFORMAÇÃO JURÍDICA

A Comissão Europeia, ou qualquer pessoa agindo em seu nome, não pode ser responsabilizada pela utilização que possa ser dada às informações abaixo apresentadas.

Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2018

PDF: ISSN 1725-8154

© União Europeia, 2018

Reutilização autorizada mediante indicação da fonte.

A política de reutilização de documentos da Comissão Europeia é regulamentada pela Decisão 2011/833/UE (JO L 330 de 14.12.2011, p. 39).

É necessário obter autorização junto dos detentores dos direitos de autor para a utilização ou reprodução de fotografias ou outro material que não esteja protegido pelos direitos de autor da UE.

Printed in Belgium

Esta revista é impressa em papel reciclado em inglês, francês, alemão, búlgaro, grego, espanhol, italiano, polaco e romeno. Está disponível em linha em 22 línguas no sítio Web:

http://ec.europa.eu/regional_policy/pt/information/publications/panorama-magazine/

O conteúdo da presente edição foi concluído em julho de 2018.

FOTOGRAFIAS (PÁGINAS):

Capa: Professora Valeria Nicolosi © Trinity College de Dublin

Páginas 3 e 4: © União Europeia

Página 6: © CMMI; © Instalação do i3S; © RE-CEREAL; © ASTUTE; © CNSP

Página 7: © CLIMACT; © SAVEMYBIKE; © VTT; © CEEC-Jena

Página 8: © Região da Varmia e da Masúria; © Região da Morávia-Silésia, © Kastelo; © ReproUnion; © Agência para o Desenvolvimento do Ensino Público; © Região de Bruxelas-Capital; © Sefcarm

Página 9: © Gmina Czarny Dunajec; © Museu do Património da Vista Alegre; © Idade do Ferro, Danúbio; © Nant Gwrtheyrn; © Região de Gozo

Página 10: © União Europeia

Página 18: Karin Wanngård © Peter Knutson; Iskra Mihaylova © Parlamento Europeu

Página 19: Luc Jahier © União Europeia; Karl-Heinz Lambertz © União Europeia

Página 20: Karl-Heinz Lambertz © União Europeia; Magnus Bertsson © ARE

Página 21: © Eurocities

Página 22: Stefano Bonacini © CCRE CMRE; Eleni Marianou © CRPM CRPM

Página 23: Leo Williams e Vito Telesca © EAPN

Página 24: Jana Hainsworth © Eurochild; YVadastanias © Fórum

Europeu das Pessoas com Deficiência

Página 25: © BusinessEurope

Página 26: A. Hunter e R. Huguenot-Noël © CPE

Página 27: © CEE Bankwatch Network

Páginas 28, 29 e 30: © União Europeia

Página 32: © Thinkstock/mady70

Página 33: © Thinkstock/ejafjallajokull

Página 36: © Portershed © iStock/SolStock; Insight © Aidan Crawley

Página 37: © Empresa local © iStock/nd3000; aerogen © iStock/

Steve Debenport

Página 38: © Adapt Centre; Connect Centre © iStock/metamorworks

Página 39: © Governo da Irlanda

Páginas 44 e 45: © União Europeia

Página 46: © Manu Fernandez/AP Images

Páginas 47 e 48: © Associated Press

Página 49: © Ronald Zak/AP Images

Páginas 50 e 51: 1, 5: Janusz Tatariewicz © Ministério do

Investimento e do Desenvolvimento Económico, Polónia, 2,

4, 9, 12: Fotografias fornecidas por cortesia dos respetivos

beneficiários; 3: Lukasz Matwiej © Ministério do Investimento e do

Desenvolvimento Económico, Polónia, 6: Arkadiusz Ławrywianiec

© Ministério do Investimento e do Desenvolvimento Económico,

Polónia, 7, 10: Maciej Ratowski © Ministério do Investimento e

do Desenvolvimento Económico, Polónia, 8: Mateusz Wojtaszek

© Ministério do Investimento e do Desenvolvimento Económico,

Polónia, 11: Franciszek Mazur © Ministério do Investimento e do

Desenvolvimento Económico, Polónia

Página 52: © Bois du Cazier © Luc Viatour (<https://Lucnix.be/>)

CC-BY-SA-3.0/CC-BY-SA-2.5

Página 53: © Fortaleza de Peristera © iStock/sjhaytov; Complexo

Barroco e Jardins em Kuks © Gabriela Čapková; Horologion

© Ministério da Cultura e Desporto, Grécia

Página 54: © Rürne © Kaspars Sēlis; Instituto do Filme EYE ©

Jvhertum /CC-BY-SA-3.0; Vila do Conde @ iStock/THEGIFT777; Mijava

Hillside Farms © Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento

Rural, República Eslovaca

Página 55: Dragormina Monastery © Geboiu Dumitru Mihai/

CC-BY-SA-3.0-RO; PESCA © iStock/DragonImages; Kalopanayiotis

© Município de Nicósia

Páginas 56 e 58: © Cohesify

Página 60: © Município de Vicenza, Itália

Página 61: © Oise Très Haut Débit (SMOTHD)

Página 62: © Deyan Dimitrov

MANTENHA-SE LIGADO



ec.europa.eu/regional_policy
cohesiondata.ec.europa.eu



@EU_Regional
#CohesionPolicy | #ESIFunds



EUinmyRegion



[flickr.com/euregional](https://www.flickr.com/euregional)



RegioNetwork



[ec.europa.eu/commission/2014-2019/
cretu_en](http://ec.europa.eu/commission/2014-2019/cretu_en)
@CorinaCretuEU



■ Serviço das Publicações

Comissão Europeia
Direção-Geral da Política Regional e Urbana
Comunicação – Agnès Monfret
Avenue de Beaulieu/Beaulieulaan 1 – B-1160 Bruxelles/Brussel
E-mail: regio-panorama@ec.europa.eu